



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MANTEIGAS

Santos

-----SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MANTEIGAS-----

-----DO DIA 26 DE ABRIL DE 2019-----

-----**ACTA NÚMERO ONZE**-----

----- Aos vinte e seis dias do mês de Abril de dois mil e dezanove, reuniu no Salão Nobre dos Paços do Concelho, a Assembleia Municipal do Concelho de Manteigas nos termos da Lei, sob a presidência do seu Presidente, Senhor Deputado José Manuel Novo de Matos, coadjuvado pela Primeira Secretária, Senhora Deputada Patrícia Alexandra dos Santos Martins e pelo Senhor Segundo Secretário, Senhor Deputado Daniel António Quaresma Costa, com a seguinte ordem de trabalhos:-----

----- Ponto um: **Período de Intervenção do Público.**-----

----- Ponto dois: **Período de Antes da Ordem do Dia.**-----

----- Ponto dois, um: Respostas às questões anteriormente colocadas pelo público, que não tenham ficado esclarecidas.-----

----- Ponto dois, dois: Apreciação, discussão e votação da ata da sessão anterior.-----

----- Ponto dois, três: Conhecimento do expediente recebido e prestação de informações.---

----- Ponto três: **Período da Ordem do dia.**-----

----- Ponto três, um: Apreciação, discussão e votação dos documentos de Prestação de Contas do ano de 2018 e aplicação do Resultado Líquido do Exercício.-----

----- Ponto três, dois: Apreciação, discussão e votação da contratação do empréstimo para substituição de dívida, nos termos do artigo 101 da Lei n.º 114/2017, de 29 de dezembro.-----

----- Ponto três, três: Apreciação e discussão da eventual nulidade do protocolo celebrado entre a Câmara Municipal de Manteigas e a Autoridade Tributária, que foi celebrado sem a deliberação de autorização da Assembleia Municipal.-----

----- Ponto três, quatro: Apreciação, discussão e votação das deliberações a tomar em minuta, para produzir efeitos imediatos, desta sessão.-----

----- Ponto quatro: Apreciação da informação do Senhor Presidente da Câmara Municipal. --

----- Ponto cinco: Apreciação de qualquer outro assunto de interesse para o Concelho.-----

-----Estiveram presentes nesta sessão e assinaram a lista de presenças para além do Senhor Presidente da Mesa, a Senhora Primeira Secretária, o Senhor Segundo Secretário, os Senhores Deputados Municipais: António José Ascensão Fraga; Luís José dos Santos Melo; Rogério Sousa Batista; Nuno Manuel Matos Soares; Celestino José Ribeiro Pinheiro; António Miguel Aldeia Carvalho; Odete da Graça David Ganilha Almeida; Eduardo de Matos Monteiro; Arminda Nunes Pires Tomaz; António Pedro Santos Leitão; Joaquim Martins Fonseca Albuquerque; João Abrantes Gaspar; Joaquim Neves Biscaia; Paulo Manuel dos Santos Costa; Carlos Manuel Figueiredo Viegas; Nuno Miguel Fernandes Gonçalves.-----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MANTEIGAS

Francisco

[Handwritten signature]

----- Não se encontrava presente a Senhora Deputada Oriana Marina Cleto Abreu Morais, o Senhor Deputado Luís Ferrão Saraiva, o Senhor Deputado Alfredo Serra de Carvalho Marcelo e a Senhora Deputada Bárbara Filipa da Palma Cravinho Sabino, que comunicaram previamente a impossibilidade de comparecer na reunião, tendo cada um justificado as respetivas ausências e pedido a devida substituição, tendo por isso sido convocados o Senhor Deputado Rogério Sousa Batista, o Senhor Deputado Celestino José Ribeiro Pinheiro, a Senhora Deputada Arminda Nunes Pires Tomaz e o Senhor Deputado João Abrantes Gaspar, que compareceram. -

----- Estiveram também presentes o Senhor Presidente da Câmara Municipal de Manteigas, Esmeraldo Saraiva Neto Carvalhinho, e os Senhores Vereadores Célia Maria Ramos Morais, José Manuel Saraiva Cardoso e Francisco José Botão de Elvas. Não se encontrava presente o Senhor Vereador José Manuel Custódia Biscaia, que comunicou previamente a sua ausência. ----

----- O Senhor Presidente da Mesa, no uso da palavra, cumprimentou todos os presentes, comunicou que antes de dar início a esta sessão, pretendia dar algumas notas prévias para o bom funcionamento dos trabalhos desta sessão. -----

Explanou que ao ter verificado que os documentos de Prestação de Contas do ano de 2018 não foram aprovados pela Câmara Municipal e constando na Ordem de Trabalhos desta sessão um ponto sobre esta matéria, entrou em contacto com o Senhor Presidente da Câmara expondo a sua preocupação sobre esta situação. Isto porque, efetivamente é uma obrigação legal a Assembleia Municipal deliberar sobre os documentos supracitados, contudo se os mesmos não foram aprovados pelo Órgão Executivo, também não podem ser apreciados e votados pelo Órgão Deliberativo. -----

Aludiu que, nesse seguimento propôs aos líderes parlamentares, em reunião prévia a esta Assembleia Municipal, que o ponto “3.1. *Apreciação, discussão e votação dos documentos de Prestação de Contas do ano de 2018 e aplicação do Resultado Líquido do Exercício*” fosse retirado da Ordem de Trabalhos, tendo os mesmos concordado com a referida proposta. -----

----- A Assembleia Municipal concordou unanimemente que o ponto “3.1. *Apreciação, discussão e votação dos documentos de Prestação de Contas do ano de 2018 e aplicação do Resultado Líquido do Exercício*” fosse retirado da Ordem de Trabalhos. Neste seguimento, os pontos da ordem de trabalhos foram reenumerados, passando o ponto designado de “*Apreciação, discussão e votação da contratação do empréstimo para substituição de dívida, nos termos do artigo 101 da Lei n.º 114/2017, de 29 de dezembro*”, a ser o ponto 3.1 e os restantes pontos foram reenumerados sequencialmente. -----

----- O Senhor Presidente da Mesa deu ainda nota que o ponto “2.4. *Intervenções dos Senhores Deputados Antes da Ordem do Dia*”, que habitualmente constava na ordem de trabalhos da Assembleia Municipal, foi retirado por ter considerado que o mesmo era repetitivo



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MANTEIGAS

Factus

do ponto 5 da Ordem de Trabalhos. Recordou que isto adveio de uma sugestão do Senhor Presidente da Câmara, que já tinha alertado para o facto de que os Senhores Deputados tinham dois pontos, na ordem de trabalhos, para intervir sobre diversos assuntos que considerassem pertinentes, quando essas intervenções poderiam ser realizadas num só ponto da ordem de trabalhos. -----

Explicou que retirou o ponto 2.4, pois atendendo aos artigos 21.º, 22º e 23ª do atual Regimento da Assembleia Municipal, o período da Ordem do Dia tem um limite temporal de sessenta minutos, sendo que o ponto 5 da ordem de trabalhos não tem limite temporal. O período antes da Ordem do Dia inclui, segundo o referido Regimento, a apreciação e votação das Atas; a leitura resumida do expediente e prestação de informações ou esclarecimentos que à Mesa cumpra produzir; respostas às questões anteriormente colocadas. Ao incluir-se ainda a intervenção dos Senhores Deputados Antes da Ordem do Dia, os mesmos deixam de ter tempo para usar da palavra, pois estes pontos têm um limite temporal de sessenta minutos. -----

Explanou que foi por este motivo que optou por eliminar o ponto 2.4, contudo é uma matéria que está em aberto e pode ser debatida pela Assembleia Municipal. Indicou que fazia votos que o novo Regimento consigne esta situação, ou seja, que defina em que ponto decorrerá as intervenções dos Senhores Deputados, bem como os tempos limites. -----

----- O Senhor Presidente da Câmara solicitou a palavra, cumprimentou todos os presentes. Clarificou que relativamente à questão da alteração dos pontos na ordem de trabalhos, não pretendia interferir na definição seja do que for, muito menos na ordem de trabalhos. Recordou que tinha dito ao Senhor Presidente da Assembleia que dois períodos de intervenção dos Senhores Deputados não é usual, mas é usual que o mesmo seja feito no período Antes da Ordem do Dia, pois esse é o momento de discussão política do concelho, é o momento em que os Senhores Deputados devem intervir. Depois segue-se o Período da Ordem do Dia e os Senhores Deputados pronunciar-se-ão em relação aos pontos que estão agendados na ordem de trabalhos. -----

Aludiu que, com o devido respeito, já assistiu a dezenas e dezenas de Assembleias Municipais, conhece os respetivos Regimentos e de facto o período da discussão política e onde intervêm os Senhores Deputados é sempre realizado no período Antes da Ordem do Dia. -----

----- O Senhor Presidente da Mesa esclareceu que entendeu que é demasiado haver dois pontos destinados às intervenções dos Senhores Deputados, sendo que se os mesmos vêm propor ou discutir temas, o *timing* em que o fazem não é importante. Sublinhou que apenas teve o cuidado de não limitar temporalmente essas intervenções, sendo que é premente começar a disciplinar esta Assembleia e sessenta minutos é o tempo previsto para o período Antes da Ordem do Dia. Explanou que a sua opção foi por uma questão de bom senso, contudo estava



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MANTEIGAS

Spantuz
D

aberto a novas sugestões e ansioso que a Comissão de trabalho de revisão do Regimento, apresente esse documento à Assembleia Municipal. -----

----- O Senhor Eduardo Monteiro solicitou a palavra, cumprimentou todos os presentes. Indicou que não concordava com o Senhor Presidente da Mesa quando referiu que o *timing* não é importante. Os Manteiguenses que assistem às reuniões da Assembleia Municipal não ficam até ao final das mesmas, para ouvirem o que os Senhores Deputados têm para expor no ponto 5. da ordem de trabalhos. Por esse motivo, considerava que é muito mais importante essa exposição ser feita no período Antes da Ordem do Dia, por uma questão de *timing*. Recordou que o Senhor Presidente da Mesa referiu que o Regimento da Assembleia Municipal tem de ser respeitado, mas a verdade é que ao longo de trinta anos o mesmo nunca foi respeitado. -----

----- O Senhor Presidente da Mesa concordou com o Senhor Deputado Eduardo Monteiro, tendo admitido que não tinha pensado na questão do público, que geralmente não está presente na reunião, no ponto 5 da ordem de trabalhos. -----

Reiterou que a sua atitude foi no intuito de não limitar temporalmente a intervenção dos Senhores Deputados, contudo se o Órgão Deliberativo assim o decidisse, na próxima reunião seria novamente aditado o ponto 2.4 e retirado o ponto 5 da ordem de trabalhos. -----

----- Sendo cerca das **quinze horas e trinta minutos**, o Senhor Presidente da Mesa declarou oficialmente aberta a sessão. -----

-----PONTO 1. DA ORDEM DE TRABALHOS-----

-----INTERVENÇÃO DO PÚBLICO-----

----- O Senhor Presidente da Mesa questionou os munícipes presentes sobre se desejavam intervir neste ponto da ordem de trabalhos. Verificando que não havia inscrições do público, deu como encerrado este ponto da Ordem de Trabalhos. -----

----- PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA -----

-----PONTO 2.1-----

RESPOSTAS ÀS QUESTÕES ANTERIORMENTE COLOCADAS PELO PÚBLICO, QUE NÃO TENHAM
----- FICADO ESCLARECIDAS -----

----- Atendendo a que não houve inscrições de munícipes para intervir no ponto um da ordem de trabalhos, foi dado como encerrado o ponto 2.1 da ordem de trabalhos. -----

-----PONTO 2.2-----

-----APRECIÇÃO, DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DA ATA DA SESSÃO ANTERIOR-----

----- O Senhor Presidente da Mesa, no uso da palavra, recordou que foram realizadas várias reuniões da Assembleia, tendo havido duas reuniões Extraordinárias. Avocou que o Regimento no seu artigo 44.º, no ponto 1 refere: "*de cada reunião ou sessão é lavrada a ata que deve ser um resumo do que essencial nela se tiver passado*". Declarou que, desde que está nesta Assembleia Municipal, na qualidade de Deputado, há mais de trinta anos, as atas nunca foram



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MANTEIGAS

Factus

resumos das reuniões, são uma descrição *ipsis verbis*, baseada na gravação e que depois se passa textualmente para o papel. Portanto, as atas nem sequer cumprem o que está legislado no Regimento desta Assembleia Municipal e ocupam imenso tempo aos funcionários do Município. Indicou que, no seu ponto de vista, esta é uma situação que tem de ser alterada, por isso mesmo reiterou o pedido, para que o grupo de trabalho de revisão do referido Regimento preveja a alteração desta situação. -----

Informou que foi remetida à apreciação do Órgão Deliberativo a Ata n.º 8, da reunião Extraordinária da Assembleia Municipal de 25 de janeiro de 2019 e a Ata n.º 9, da reunião Ordinária da Assembleia Municipal de 22 de fevereiro de 2019. -----

Questionou se alguém desejava apresentar propostas de correção à Ata n.º 9, da reunião Ordinária da Assembleia Municipal de 22 de fevereiro de 2019. Verificando a intenção do Senhor Deputado António Fraga em intervir, concedeu-lhe a palavra. -----

----- O Senhor Deputado António Fraga, no uso da palavra, cumprimentou todos os presentes. Disse que apenas pretendia apresentar uma pequena correção, na página 367, na intervenção do Senhor Presidente da Mesa onde se lê: “o Senhor Albino Leitão”, deverá ler-se: “o Senhor Albino Cardoso”. -----

----- A Senhora Deputada Odete Ganilha solicitou a palavra, indicou que na página 376, numa intervenção do Senhor Presidente da Câmara, no fim do terceiro parágrafo, na linha 19, onde se lê: “Após a receção desses relatórios, verificou-se o que se estava a passava”, deverá ler-se: “Após a receção desses relatórios, verificou-se o que se estava a passar”. Na página 369, numa intervenção da própria, onde se lê: “Ou seja, através do Município passou a estar disponível para todo o mundo esta imagem.”, deverá ler-se: “Ou seja, passou a estar disponível para todo o mundo esta imagem.”.-----

----- O Senhor Presidente da Mesa verificando que não havia mais inscrições para intervir sobre esta matéria, colocou a **Ata número nove da Sessão da Assembleia Municipal de vinte e dois de fevereiro de dois mil e dezanove** à votação, tendo **tido aprovada por maioria, com quatro abstenções e quinze votos a favor**. Duas das abstenções foram justificadas pelo motivo de os Senhores Deputados não terem estado presentes na referida reunião. -----

O Senhor Presidente da Mesa informou que o Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Sameiro entregou à Mesa da Assembleia Municipal uma declaração de voto, que leu e que em seguida se transcreve:

“Declaração de voto sobre a apreciação, discussão e votação da ata da sessão anterior, realizada no dia 22/02/2019.

O voto de abstenção avocado pelo deputado do partido Socialista, Joaquim Neves Biscaia,



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MANTEIGAS

factus

relativamente à votação da ata da sessão realizada no dia 22/02/2019, deve-se ao facto do Sr. Deputado Nuno Manuel Matos Soares, ter abordado neste órgão uma problemática tornada pública no dia 18/12/2018, utilizando uma abordagem pouco conforme às regras mínimas de civilidade e de etiqueta para com os seus adversários políticos, exposição agravada pela falta de verdade à generalidade dos conteúdos exarados na referida missiva.

Ao Abrigo do Artigo 33ª (Ofensas à Honra ou à Consideração), do Regimento da Assembleia Municipal, aprovado em 24/04/2014, chegados ao ponto 5 da ordem de trabalhos, solicitarei a palavra para responder à pergunta formulada pelo Digníssimo Sr. Presidente desta Assembleia Municipal, descrita na página 411, 5º parágrafo, a quem entregarei alguns documentos, permitindo-lhe aferir com rigor, o friso cronológico desta situação.”

----- O Senhor Presidente da Mesa recordou que na altura tinha questionado se o Senhor Deputado Nuno Soares tinha conhecimento se haveria algum móbil, para todas estas acusações. -----

----- O Senhor Deputado Pedro Leitão solicitou a palavra, referiu que fazendo das palavras anteriores do Senhor Deputado Eduardo Monteiro, relativamente à sua abstenção na votação das atas, e que foram repetidas nesta sessão pelo Senhor Presidente da Assembleia Municipal, relativamente à extensão das atas, declarou que futuramente passará a abster-se de votar as atas. Recordou um articulado para a redução das atas, que já foi apresentado neste Órgão Deliberativo e que não foi votado por vontade das bancadas do Partido Social Democrata e do Partido Socialista, que quiseram continuar a aguardar pelo trabalho da Comissão de Revisão do Regimento, ao qual, infelizmente, alguns membros da Comissão não dão importância. -----

----- O Senhor Presidente da Mesa questionou se os Senhores Deputados pretendiam apresentar propostas de correção à ata n.º 08 da reunião Extraordinária da Assembleia Municipal, realizada no dia 25 de janeiro de 2019. Verificando que não havia inscrições para intervir sobre esta matéria, colocou a **Ata número oito da reunião Extraordinária da Assembleia Municipal de vinte e cinco de janeiro de dois mil e dezanove** à votação, tendo **sido aprovada por maioria, com quatro abstenções e quinze votos a favor**. Duas das abstenções foram justificadas pelo motivo de os Senhores Deputados não terem estado presentes na reunião supracitada. -----

----- PONTO 2.3 -----

----- CONHECIMENTO DO EXPEDIENTE RECEBIDO E PRESTAÇÃO DE INFORMAÇÕES -----

----- O Senhor Presidente da Mesa recordou que todo o expediente que recebe em nome da Assembleia Municipal, é remetido de imediato para os Senhores Vereadores, contudo há expediente que chega na véspera da reunião e que não tem oportunidade de o reencaminhar. Deu conhecimento que esta Assembleia Municipal, enquanto membro da Associação Nacional



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MANTEIGAS

Partiu *[Signature]*

das Assembleias Municipais (ANAM), foi convocada, na pessoa do seu Presidente, para uma reunião, na qual esteve presente e que tinha a designação de “2021 Um novo paradigma para o Poder Local”. Isto porque até 2021 é obrigatória a transferência de competências. Informou que essa reunião foi realizada na Assembleia da República, foi dirigida pelo Dr. Jorge Lacão, do Partido Socialista, e pelo Senhor Presidente da Comissão Parlamentar para os assuntos autárquicos, o Dr. Pedro Soares, do Partido Social Democrata. -----

Fez uma síntese dos pontos abordados nessa reunião, que considerou serem mais importantes. Na reunião supracitada foi dito que tem de haver um maior papel nas transferências de competências, por parte das Autarquias Locais, pensando na futura descentralização. Claro que isto leva a outro problema, que é a questão das regiões administrativas, sendo este um problema complexo, que já se discute desde o 25 de abril de 1974 e que será para continuar a discutir. Referiu que ficou mais ou menos consensual a ideia de que é necessário definir um Regimento tipo, que se aplique a todas as Assembleias Municipais, para não haver grandes variabilidades. Assim como, a consultadoria jurídica permanente da Associação Nacional das Assembleias Municipais, sendo algo que existe e quase todos os meses enviam artigos dos consultores jurídicos da ANAM. Sublinhou que é importante saber que as Assembleias Municipais têm a possibilidade de consultar diretamente um Consultor Jurídico, que pode informar esses órgãos autárquicos sobre áreas jurídicas das Assembleias. -----

Declarou que viu com muito orgulho, que a ANAM também fez um protocolo internacional com a Associação Regional do Príncipe, no sentido de lhes passar todas as regras que existem em Portugal, tendo igualmente prestado apoio na estruturação da primeira Câmara Municipal em Angola. -----

Deu nota que o Dr. Jorge Lacão desenvolveu um conceito, que é o mesmo que já existe nesta Assembleia Municipal, de desenvolver a coesão entre todos os partidos, dentro de todas as Assembleias Municipais. Nessa reunião foi, também, defendido, que é premente mudar rapidamente o sistema de gestão das Autarquias Locais. Não pode continuar a haver dependência económica das Assembleias Municipais em relação ao Executivo Camarário. Tem que haver uma gestão autónoma dos Órgãos Deliberativos. -----

Aludiu que o Dr. Jorge Lacão referiu o que se passa a citar: “Os Presidentes de Junta distorcem as responsabilidades da Assembleia Municipal. A revisão constitucional de 1977 definiu que as Assembleias Municipais era constituídas pelos membros diretamente eleitos e pelos Presidentes de Juntas de Freguesia, que as integram” (fim de citação). Nesse sentido está a ser elaborado um projeto, que propõe que os Presidentes de Junta continuem a estar presentes nas reuniões das Assembleias Municipais, mas sem direito a voto. Os mesmos podem emitir opiniões, discutir



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MANTEIGAS

Partius

J
B

assuntos, apresentar projetos, mas sem direito a voto. Em suma, foram estes os temas que foram discutidos nesta reunião na Assembleia da República.-----

Informou que recebeu, recentemente, propostas em nome individual do Senhor Deputado Pedro Leitão sobre a revisão do regimento, que não remeteu para os restantes Senhores Deputados, por não considerar correto fazê-lo. Assim como também, recebeu da Senhora Deputada Odete Ganilha, propostas de alteração ao Regimento supracitado, alertando que temos de juntar ideias e chegar a acordo. Avocou que, contudo, ainda não recebeu nenhuma proposta em nome da Comissão de Revisão do Regimento, sendo que continua a guardar que a mesma reúna. Considerou que até lá não se deve avançar com mais nada. -----

Disse ter recebido uma informação da CPCJ de Manteigas, assinada pela Manuela Palos Saraiva, sobre o relatório das atividades e o seu plano de ação para 2019, que na sua opinião está corretíssimo. -----

Mais informou que, na presente manhã, tinha recebido duas comunicações. Uma missiva da ANAFRE, da delegação da Guarda, sobre o Programa de Formação SNC – AP, que é o Sistema de Normalização Contabilística para a Administração Pública. A formação é subordinada ao tema “Contratação Pública”, vai-se realizar no Auditório do Museu Judeu de Belmonte, a 19 de 2019, das 09h30 às 18h00. A segunda comunicação diz respeito ao parecer da Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, sobre os documentos de prestação de contas do Município de Manteigas, de 31 de dezembro de 2018. -----

Indicou que todas as informações mencionadas nesta explanação, já foram remetidas para os Senhores Deputados Municipais. Não havendo mais expediente ou informações a prestar, deu como encerrado este ponto da ordem de trabalhos. -----

-----Período da Ordem do Dia-----

----- PONTO 3.1 -----

**APRECIÇÃO, DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DA CONTRATAÇÃO DO EMPRÉSTIMO PARA
SUSSTITUIÇÃO DE DÍVIDA, NOS TERMOS DO ARTIGO 101 DA LEI N.º 114/2017, DE 29 DE
----- DEZEMBRO -----**

----- O Senhor Presidente da Mesa aceitou as inscrições dos Senhores Deputados que manifestaram intenção de usar da palavra sobre esta matéria. Por ordem de inscrição, concedeu a palavra à Senhora Deputada Odete Ganilha. -----

----- A Senhora Deputada Odete Ganilha, no uso da palavra, disse que queria deixar bem claro que concorda com o empréstimo, sendo a proposta escolhida a mais vantajosa de entre todas as que foram apresentadas. No entanto, não podia deixar de referir algumas situações. O Caderno de Encargos, na cláusula 7ª faz referência às propostas sem a apresentação de condições variáveis, nomeadamente, no que se refere à amortização de capital e de taxa de



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MANTEIGAS

juro. A Cláusula 11ª refere que o apuramento da taxa de juro é calculada através da soma da componente fixa, mais a componente variável. Explicou que lhe despertou algumas dúvidas, a existência destas duas cláusulas no mesmo caderno de encargos. Porque se a cláusula 7ª diz que não pode ter condições variáveis, por sua vez a cláusula 11ª diz que tem de ter uma componente variável. -----

Disse ter constatado, nos documentos remetidos ao Órgão Deliberativo, que uma das entidades concorrentes, em sede de audiência prévia levanta precisamente a mesma questão, apontando até irregularidades, quiçá, a nulidade do procedimento em causa. No relatório final do júri, é referida a justificação para tal situação, que se passa a citar: *“as disposições previstas na cláusula 7ª visam determinar que os concorrentes não poderiam apresentar mais que uma proposta e/ou condições variáveis dentro da mesma proposta”* (fim de citação). Explicou que isto ainda lhe suscitou mais confusão, porque, assim sendo para que serve o caderno de cargos? Na sua opinião serve para que de uma forma legal, clara e uniforme, informar preto no branco, das mesmas condições exigidas para todos os concorrentes. -----

Aludiu que, se o júri justifica que não poderiam os concorrentes apresentar mais do que uma condição variável e visto que a cláusula 7ª se refere a dois pontos: a amortização de capital e a taxa de juro, certamente que seria também importante precaver que a entidade bancária não poderá inventar sobre o valor da amortização de capital. Ou seja, não vá a entidade bancária, segundo esta justificação, num mês fazer uma amortização de capital de vinte euros (20,00€) e no mês seguinte de um milhão de euros (1.000.000,00€). Disse que não lhe parece, de todo, que seja algo lógico. No seu ponto de vista, o caderno de encargos não está corretamente explícito. --- Alertou que tanto no segundo quadro do relatório de avaliação, como no segundo quadro do relatório de avaliação final, existe um lapso no valor de empréstimo, relativamente a um banco. Todas as entidades bancárias apresentam o valor de dois milhões (2.000.000,00€) e há uma que apresenta o valor de cerca de um milhão e novecentos mil euros (1.900.000,00€), este valor não está correto. -----

Indicou que, posteriormente, quando leu a ata, constatou a seguinte afirmação: *“relativamente à projeção esta não foi realizada pelo júri, pois tecnicamente este não tem conhecimentos nem competências para o efeito”*. No seu entendimento, se o júri foi selecionado, é porque tinha algum conhecimento relativamente ao assunto ou o poderia adquirir. -----

Chamou à atenção para a Lei n.º 101 do Orçamento de Estado, alínea n.º 5, que diz que os documentos provisionais que venham a ser aprovados pelo Órgão Deliberativo das Autarquias Locais no decurso do ano de 2018, nós estamos em 2019. Alertou, igualmente, para a Lei 73/2013, em que a mesma diz que o artigo 49 – regime de crédito do Município, número 5: *“O pedido de autorização à Assembleia Municipal para contratação de empréstimo é*



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MANTEIGAS

Handwritten signature

Handwritten signature

obrigatoriamente acompanhado sobre as condições praticadas a três instituições, bem como do mapa demonstrativo da capacidade de endividamento do Município.” -----

Por último, questionou se após o envio do relatório final a todas as entidades concorrentes, se existiu, posteriormente, mais alguma informação por parte da concorrente que reclamou, que esta Assembleia não tenha tido conhecimento. -----

----- O Senhor Deputado Pedro Leitão solicitou a palavra, começou por avocar algumas das considerações que foram feitas pela Senhora Deputada Odete Ganilha, relativamente aquilo que parecem ser algumas incongruências de estilo na redação das cláusulas 7ª e da cláusula 11ª. Frisou que concordava com o empréstimo e com a “renegociação” dos juros. Aludiu que apenas queria chamar à atenção, para o facto de que estes pequenos formalismos, que depois procedimentalmente levam a reclamações por parte dos concorrentes, e que podem vir a complicar um procedimento administrativo, que seria mais simples. Efetivamente, analisadas as propostas que foram colhidas junto das instituições bancárias, constata-se, claramente, que a proposta do Banco BPI, é a mais vantajosa para o Município. -----

Declarou ser uma poupança que se agradece, é um esforço que o Executivo fez no sentido de conseguir esta “renegociação”, e obviamente estaremos do lado do Município e do Executivo em todas as vicissitudes que possam ocorrer, contudo tem que se chamar à atenção para elas. No seu entendimento, o procedimento em si pode dar aso, no seguimento deste exercício de direito de participação por parte da Caixa Geral de Depósitos, a algum tipo de complicações. Fez votos que assim não aconteça, de todo o modo ficam as palavras relativamente ao assunto. -----

----- O Senhor Deputado Nuno Soares tomou a palavra, cumprimentou todos os presentes. Referiu que ia ser muito breve nesta apreciação, até porque algumas das questões que, eventualmente, poderia levantar já foram suscitadas nas intervenções anteriores. Disse que apenas queria deixar uma outra questão, em complemento ao que foi dito, que tem a ver com um pormenor técnico deste empréstimo. -----

No relatório final do empréstimo, na antepenúltima página, no último parágrafo, ponto 1. C. refere: “o caderno de encargos define o valor do indexante a considerar para efeitos de apuramento do serviço da dívida resulta da média dos últimos 6 trimestres, ou seja prazo considerado prudente por forma a esbater no apuramento da variação, em baixa ou em alta, dos valores de referência;” Um dos aspetos que a Caixa Geral de Depósitos vem levantar na audiência prévia, tem a ver com a redação do caderno de encargos, que não é muito explícita, dá aso a interpretações diversas e daí haver propostas com bases diferentes, quando não devia de acontecer. -----

Pelo menos pela leitura que fez do caderno de encargos, disse ter entendido que não era a intenção do Município ter bases diferentes de partida, mas sim ter condições base iguais e



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MANTEIGAS

António

variáveis, em termos de *spread* do empréstimo. Mas a verdade é que não ficou claro e aparecem três bancos com uma base igual e um banco com uma base diferente, sendo por aí que a Caixa Geral de Depósitos vem reclamar. Utilizando como um dos argumentos o facto de a base ser diferente, não ser uma base idêntica, seja uma *floor* 0, seja uma Euribor a seis ou doze meses, ou outro prazo que não esteja devidamente estabelecido. -----

Avocou que foi uma falha que podia ter sido evitada. Se tivesse estabelecido no caderno de encargos qual era o indexante base, ter-se-ia ultrapassado toda esta questão e é por aí que a Caixa Geral de Depósitos vem levantar a questão. Alertou que isto pode suscitar um problema de impugnação por parte da entidade supracitada. Explicou que se atendermos à proposta do BPI, na página 2, no ponto 8, em que refere a taxa de juro, este aspeto que o júri de avaliação de propostas considera como estando salvaguardado, de facto não está, porque refere: "*Taxa de juro variável: indexada à Euribor (base 360 dias) a 6 meses em vigor dois dias úteis imediatamente anteriores ao do início de cada período de contagem de juros*". Ou seja, a proposta do BPI não corresponde aos critérios de ter de ser com média dos últimos seis trimestres. -----

Por sua vez, a proposta da Caixa Geral de Depósitos não tem qualquer referência a esta situação, portanto parte-se do princípio que aceitaram tal e qual como está no caderno de encargos, pois refere a taxa de juro Euribor a 12 meses (*floor* 0%) + 0,89%. Portanto, não diz nada sobre quando é que é considerado o valor. Logo, presume-se que tenham aceiteado os seis trimestres de média. Contudo, o BPI diz claramente que não, que é a taxa em vigor dois dias úteis, antes de ser calculado um novo valor de juro. -----

Sublinhou que isto pode levantar um problema de impugnabilidade, o que pode trazer problemas, pois o Município pode não conseguir concretizar o empréstimo. Declarou que a Bancada do PSD não vai votar contra. Inclusivamente, aquando do Saneamento Financeiro, já tinham manifestado que estariam disponíveis para viabilizar uma melhoria dos empréstimos, que seria possível fazer. Portanto não iam levantar a questão, contudo juridicamente levanta-se este facto, que poderá levar a que não se consiga em tempo útil formalizar esta situação. -----

----- O Senhor Deputado António Fraga, no uso da palavra, referiu que na reunião prévia a esta sessão levantou-se uma questão, relativa ao dito montante de um milhão e novenos mil euros (1.900.000,00€), que se tratava de uma gralha e que está ultrapassada. Contudo, os documentos referem uma taxa de juro igual a componente fixa + componente variável. Sendo que a questão que coloca e que foi suscitada na referida reunião prévia é: estando indexada a Euribor há sempre componente variável. A título de exemplo referiu que uma pessoa que faça um empréstimo, o mesmo é indexado, mas pode surgir alterações. Há aqui sempre alguma



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MANTEIGAS

Partiu



variabilidade, por isso gostaria que este aspeto fosse esclarecido. Declarou que quanto ao resto não tinha dúvidas que a proposta do BPI é a melhor. -----

----- O Senhor Presidente da Mesa confirmou que na reunião prévia foram suscitadas estas questões. Sublinhou que todas as intervenções que foram explanadas não são no sentido de colocarem em causa este assunto, é apenas prevenir problemas graves, devido à forma como está explicitada esta contratualização de empréstimo, que poderá reverter negativamente para o nosso concelho e para o próprio Executivo em funções. -----

Frisou que todas as Bancadas desta Assembleia Municipal ficaram preocupadas com a forma e não com o conteúdo. Face ao exposto, solicitou ao Senhor Presidente da Câmara prestasse os esclarecimentos solicitados, de modo a que a Assembleia Municipal, quando votar este ponto, possa ficar tranquila que não vai haver nenhum problema para o Município. -----

----- O Senhor Presidente da Câmara tomou a palavra para prestar os esclarecimentos solicitados pelos Senhores Deputados. Agradeceu as achegas e as preocupações que os Senhores Deputados trouxeram em relação a este processo. Anuiu que de facto todos devem mostrar a sua preocupação com os diversos assuntos, até porque por vezes há questões que escapam à Comissão de Análise, aos júris do concurso, ao próprio Executivo. Recordou que este processo já passou por diversas fases: passou pelo júri, pelo Executivo, e agora vem à Assembleia Municipal, que lhe acrescentou novas preocupações/questões/dúvidas. -----

Deu nota que este processo já teve alguns atrasos, teve início em Outubro e o Município já podia estar a usufruir dos benefícios da redução da taxa de juro. Mas houve dúvidas e ainda bem que elas são esclarecidas. Contudo, dúvidas sobre dúvidas é que não é possível, pois não se pode estar a atrasar o processo sistematicamente. -----

Aludiu que os Senhores Deputados das diversas Bancadas já tinham manifestado, nesta reunião, a sua posição e o seu sentido de voto e nesta data o processo vai ter um avanço significativo. Há uma poupança significativa, que vai além dos cento e cinquenta mil euros (150.000,00€), através desta alteração da entidade que vai conceder o empréstimo para substituir o que foi contraído há uns dois anos a esta parte. -----

No seu entendimento, as dúvidas são preocupações, no sentido de que o processo corra bem. Referiu que a Senhora Deputada Odete Ganilha levantou duas questões, a primeira é trazer ao processo uma assessoria técnica. Se os elementos do júri não têm capacidade técnica e capacidade suficiente para analisar o processo sem ter que recorrer a terceiros. Esclareceu que todos os júris, de qualquer concurso, têm toda a liberdade de se munirem de capacidade técnica, se não a houver dentro do júri, para que a apreciação possa ser feita o mais corretamente possível. Sendo que o Município de Manteigas tem essa assessoria. A Câmara paga todos os meses à empresa técnica de contabilidade, que acompanha as contas da Câmara Municipal, no



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MANTEIGAS

Partiu

que diz respeito à parte técnica, não na parte da discussão política das contas, pois isso é outro assunto. -----

Aludiu que quando as contas são acompanhadas por um gabinete técnico, são revistas por um Revisor Oficial de Contas, que declara aquilo que acha sobre as mesmas ao longo do ano, mas depois há uma apreciação negativa, que é política e não é mais do que isso, sobre um documento que é essencialmente técnico de 2018, é de facto a incongruência a trabalhar. -----

No que diz respeito ao processo do empréstimo, confirmou que o mesmo teve a assessoria técnica do Dr. Pedro Patrício, que está presente nesta sessão para ajudar a esclarecer alguma questão. Em relação à assessoria, ela é possível, sempre aconteceu, acontece em todas as Câmaras Municipais e há-de acontecer no futuro. -----

O Senhor Presidente esclareceu que não houve nenhuma questão apresentada pela entidade bancária que recorreu, para além do recurso em sede de audiência prévia. Embora seja verdade que ainda não estamos na fase final, e tal como disse o Senhor Deputado Nuno Soares, ainda há a possibilidade de haver algum recurso. Deu conhecimento que a questão da Caixa Geral de Depósitos foi colocada até fora do júri do concurso, houve a tentativa de prevenir ou de posicionamento em relação a todos os outros concorrentes. -----

No seu entendimento, aconteceu algo que não é habitual, alguém apresentou propostas mais vantajosas do que a Caixa Geral de Depósitos. Declarou que foi alertado para a possibilidade de haver no processo, paralelamente, uma força para que as coisas acontecessem de forma direcionada. Sendo que não acreditava nisso, pois nunca houve de certeza absoluta, por parte do júri, nem de nenhum elemento do Executivo, nenhum direcionamento ou privilégio seja por quem for. -----

Anuiu que até à última decisão final, a Câmara esteja sujeita a que, legitimamente, aqueles que se sentem lesados no concurso apresentem as suas razões. -----

Reiterou que agradecia as chegadas expostas pelos Senhores Deputados, sendo que as mesmas podiam ficar registadas por escrito, para se terem em conta até ao final deste concurso ou em relação a qualquer outro que venha a acontecer. Sublinhou que, neste momento, o passo que tem de ser dado é a Assembleia Municipal aprovar o empréstimo, para que rapidamente o Município de Manteigas possa usufruir das vantagens e dos benefícios da substituição do empréstimo, pois trata-se de uma substituição do empréstimo para melhorar a gestão financeira do Município de Manteigas. -----

Referiu que lamentava que a Senhora Deputada Odete Ganilha não possa fazer parte do júri dos concursos, contudo ainda ia verificar se legalmente isso seria possível. -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MANTEIGAS

António

----- A Senhora Deputada Odete Ganilha tomou a palavra para esclarecer que foi alguém da Câmara que fez a afirmação em causa, sendo que aquilo que tinha dito na sua explanação, foi que certamente o júri teria conhecimentos relativamente a este processo. -----

----- O Senhor Presidente da Câmara clarificou que as suas palavras não tinham sido uma crítica à Senhora Deputada Odete Ganilha, são até um desafio em relação à capacidade técnica que a mesma possui e tem demonstrado, no sentido de o Município poder contar tecnicamente com a mesma, no júri, de modo a ajudar em algumas questões. Reiterou que se for legalmente possível, irá convidar a Senhora Deputada, para que em futuros concursos deste tipo, possa ajudar a resolver os problemas. -----

----- O Senhor Presidente da Mesa fez uso da palavra, referiu que na sua opinião este debate foi muito positivo, sendo que estavam a caminhar no bom sentido. Explanou que a intenção dos três partidos representados nesta Assembleia, não foi criticar, foi apenas tentar preocupar-se com a melhoria do documento, para que não houvesse um *feedback* negativo para o Município e para o nosso concelho. Considerou que isto é importantíssimo, já há muito tempo que não via esta situação, tendo dado os parabéns a todos, porque de facto as pessoas começam a preocuparem-se com o todo e não com o partido X. -----

Sublinhou que mais importante ainda, é esta abrangência que o Senhor Presidente da Câmara Municipal demonstrou, pois a Assembleia Municipal de Manteigas tem dois técnicos brilhantes na área financeira, que são o Senhor Deputado Nuno Soares e a Senhora Deputada Odete Ganilha. Deu os parabéns ao Senhor Presidente da Câmara, pois mesmo a Senhora Deputada Odete Ganilha sendo de outro partido, ainda assim o Senhor Presidente da Câmara assumiu que mesma, tecnicamente é muito diferenciada e poderá ajudar em futuras situações. No seu ponto de vista, a Assembleia Municipal e o Executivo estão de parabéns. -----

----- A Senhora Deputada Odete Ganilha questionou se o Técnico Oficial de Contas poderia fazer uma explanação sobre esta matéria. -----

----- O Senhor Presidente da Mesa recordou que nenhum dos Senhores Deputados solicitou a intervenção do TOC sobre esta matéria, no momento da discussão do ponto. Indicou que encontrando-se fechada a discussão deste ponto, já não seria possível essa intervenção do TOC. Em seguida, colocou à votação a **contratação do empréstimo para substituição de dívida, nos termos do artigo 101 da Lei n.º 114/2017, de 29 de dezembro**, tendo sido **aprovada por maioria com dezoito votos a favor e uma abstenção**. -----

----- O Senhor Deputado Eduardo Monteiro declarou que a sua abstenção se prende com as dúvidas que foram suscitadas. -----

----- PONTO 3.2 -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MANTEIGAS

Handwritten signature in blue ink

APRECIACÃO E DISCUSSÃO DA EVENTUAL NULIDADE DO PROTOCOLO CELEBRADO ENTRE A CÂMARA MUNICIPAL DE MANTEIGAS E A AUTORIDADE TRIBUTÁRIA, QUE FOI CELEBRADO SEM A ----- DELIBERAÇÃO DE AUTORIZAÇÃO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL. -----

----- O Senhor Presidente da Mesa esclareceu que a redação deste ponto é da sua autoria, tendo por base o que o Senhor Deputado Pedro Leitão queria discutir nesta Assembleia e não o *ipsis verbis* da proposta que este apresentou. Considerou que o objetivo da proposta do Senhor Deputado Pedro Leitão é a apreciação e discussão da eventual nulidade do protocolo celebrado entre a Câmara Municipal de Manteigas e a Autoridade Tributária, que foi celebrado sem a deliberação de autorização da Assembleia Municipal. Declarou aberta as inscrições dos Senhores Deputados que desejassem usar da palavra sobre esta matéria. Em seguida concedeu a palavra ao Senhor Deputado Pedro Leitão, de modo a explicar a sua proposta de introdução deste ponto.-----

----- O Senhor Deputado Pedro Leitão, no uso da palavra, disse que o entristece o facto de mais ninguém querer discutir o assunto em apreço, e que já tinha sido trazido por si próprio há cerca de nove meses. Referiu que o protocolo supracitado foi aprovado em junho do ano passado, em julho foram encetados os esforços entre a equipa de projetos e o apoio jurídico da Câmara Municipal e da Autoridade Tributária. Recordou que aquilo que tinha dito, há um ano atrás nesta Assembleia, sobre este assunto, reiterava e desta vez não se ia pretender com considerações puramente técnicas e jurídicas. Alegou que ia fundamentar a sua explanação naquilo que versa na lei e naquilo que é a sua convicção enquanto jurista, contudo não se ia prender só em considerações meramente técnicas. Declarou que pretendia trazer a política para este debate, porque este assunto tem de ser discutido politicamente, tem de ser discutido entre os Senhores Deputados, pois têm essa obrigação de discutir politicamente, se a melhor solução para os Municípios de Manteigas, naquilo que concerne aos montantes que tenham em dívida para com a Câmara Municipal, é conceder o poder à Autoridade Tributária de cobrar essas dívidas coercivamente, em processo de execução fiscal. -----

Elucidou que o processo de execução fiscal é um processo que não confere ao executado as garantias de um processo de execução entre cidadãos. A Autoridade Tributária e Aduaneira exerce poderes de império, de estado, muito fortes sobre o património das pessoas devedoras. Sendo que quem já teve que lidar alguma vez com a Autoridade Tributária, naquilo que concerne à cobrança de dívidas, conhece bem aquilo que estava a referir. Aludiu que falava profissionalmente, pois conhece exemplos que são completamente descabidos, daquilo que a Autoridade Tributária consegue fazer em sede de cobrança de dívidas. Disse que falava como pessoa que compreende as limitações, que são completamente normais e que são impostas na maneira como os processos são feitos e são desenhados. Portanto, compreende perfeitamente



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MANTEIGAS

Fantus

as limitações que a legislação impõem a quem a tenta ler e perceber o que se está a passar, sendo que muitas vezes as pessoas acabam por entrar em processos de execução fiscal sem saberem como é que os começaram. É kafkiano. -----

No seu entendimento, se perguntarmos aos Municípes de Manteigas, sejam eles devedores de alguma quantia à Câmara ou não, não acredita que os mesmos quererão que a Autoridade Tributária tenha o poder de proceder a uma execução fiscal. Considerou que não deve ser a Autoridade Tributária a fazê-lo e deve ser a Câmara Municipal, cujos poderes estão investidos, pela lei, no Presidente da Câmara, que depois os pode delegar em técnicos, por forma a proceder a esse tipo de cobrança. -----

Explanou que é muito mais humanizante para um Muncípe, que seja devedor à Câmara Municipal, lidar com esta última entidade. Porque decorre da experiência comum, que as Finanças são “um bicho de sete cabeças”. A título de exemplo, referiu que compreender uma nota de liquidação de um imposto único de circulação é difícil, porque não está feito para ser compreendido, logo um processo de execução fiscal é ainda mais complexo. -----

Considerou que deve ser aberta a discussão política, independentemente da argumentação que em seguida ia apresentar, que é puramente de direito, convencer ou não o Órgão Deliberativo. É necessário abrir essa discussão, no sentido de procurar uma solução que seja consensual, que possa ser executada na realidade pela Câmara, para proceder à cobrança de dívida, mais que não seja com acordos, ou através de uma espécie de perdão fiscal dos juros, embora desconhecesse se esta última sugestão é possível. Considerou que, no entanto, pode haver melhores caminhos do que simplesmente dizer à Autoridade Tributária para cobrarem a dívida. -- Aludiu que do ponto de vista político é isto que tinha para avocar. Do ponto de vista daquilo que é o procedimento administrativo, daquilo que são as competências da Assembleia Municipal, as competências da Câmara e daquilo que é a importância em democracia, dos poderes e das competências estarem efetivamente separadas e respeitarem o procedimento, tendente à formação de decisões, o Município é uma entidade composta por dois órgãos, o órgão Deliberativo e o Órgão Executivo. -----

O Município tem a competência, nos termos do n.º 1 do artigo 7.º do decreto-lei n.º433/99 de 26 de outubro, o que se passa a citar: *“As competências atribuídas no código aprovado pelo presente decreto-lei a órgãos periféricos locais ou, no que respeita às competências de execução fiscal, a órgãos periféricos regionais, são exercidas pelas autarquias quanto aos tributos por elas administrados.”*. Explanou que a autarquia local pode ser a Junta de Freguesia ou o Município, portanto essa competência é da autarquia. Nos termos da lei n.º 75/2013 a delegação de competências do Município, sobre proposta do Executivo, cabe a aprovação da Assembleia. Mais, compete ao Órgão Deliberativo sob proposta da Câmara Municipal, deliberar



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MANTEIGAS

Leitão

em matéria de exercício dos poderes tributários do Município, segundo a alínea c) do n.º 1 do artigo 25.º do Regime Jurídico das Autarquias Locais – lei 75/2013. -----

Apelou aos Senhores Deputados para que se alguém desejasse explanar sobre esta matéria, o fizesse, pois é um tema importante. -----

----- O Senhor Presidente da Mesa referiu que, em síntese, há aqui uma questão de conteúdo e uma questão de forma. No que concerne à questão de forma, na sua opinião, é fácil de resolver. Inclusivamente, na reunião dos líderes, já tinha dito ao Senhor Deputado Pedro Leitão, que era muito mais fácil há um ano e meio ter contactado o Senhor Presidente da Câmara e dizer-lhe que não podia avançar com este processo, sem que o mesmo passasse primeiro pela Assembleia Municipal. Nesse seguimento, o Senhor Presidente da Câmara pedia o agendamento deste ponto na Ordem de Trabalhos da Assembleia Municipal, para que este órgão deliberasse essa matéria. Esta parte seria fácil de sanar-----

O outro problema é o conteúdo, ou seja, o que é mais importante para os residentes em Manteigas. -----

----- O Senhor Presidente da Câmara, no uso da palavra explanou que quando há uma dívida, durante todo o processo de desenvolvimento da cobrança, até chegar a haver cobrança ou não, há entidades que se envolvem no processo: há a entidade devedora, a entidade credora e depois há outro tipo de entidades à volta. Pois, pode haver a parte que diz que não tem possibilidade de pagar, ou que não tem dívida, e aí terá que provar que efetivamente não deve, e por isso pode haver a intervenção de entidades externas ao processo, nomeadamente de consultadoria técnica/jurídica, que por vezes até consomem mais financeiramente do que propriamente qualquer processo de cobrança coerciva. -----

Alegou que houve uma deliberação da Câmara, que o Senhor Deputado Pedro Leitão já tinha contestado anteriormente e que reiterou, avocando que é uma competência da Assembleia Municipal. Sublinhou que este órgão tem competências, que estão bem definidas no Decreto-lei n.º 75/2013, contudo a Assembleia Municipal decide sempre sobre proposta da Câmara. O Órgão Deliberativo pode tomar as atitudes que quiser, pode decidir fazer propostas à Câmara Municipal, mas não são deliberações para a Câmara executar. Ou seja, a Assembleia Municipal toma deliberações sob a proposta da Câmara. -----

Referiu que entendia o romantismo do Senhor Deputado Pedro Leitão, assim como a sua vontade de querer estar do lado dos Municípes do concelho de Manteigas, sendo que achava bem que o fizesse, enquanto Deputado da Assembleia Municipal e enquanto técnico jurídico, porque esse é que é o verdadeiro romantismo, é quando pessoalmente, com as nossas capacidades técnicas estamos ao lado daqueles que precisam, até de forma gratuita. -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MANTEIGAS

Spantier

Declarou que nenhuma dívida será executada, nem nunca foi, sem primeiro se esgotarem todas as possibilidades de pagamento. A título de exemplo, referiu que em relação aos Municípes que não pagam a água, tudo é feito para pagarem o mínimo possível e de forma faseada, para que não se corte o abastecimento de água a ninguém. Contudo, este processo não se prende com esse tipo de cobranças e, certamente, que o Senhor Deputado Pedro Leitão tinha conhecimento disso. Trata-se de centenas de milhares de euros que diversas entidades devem ao Município. --- Apontou que nos documentos de Prestação de Contas está bem explanado, que há entidades que devem centenas de milhares de euros à Câmara. Sendo que, atualmente, na lista de cobranças duvidosas verifica-se um valor que ultrapassa um milhão de euros (1.000.000,00€). Assegurou que é para essas dívidas que o Município tem os meio mais expeditos, em relação aos quais não tem que haver mais protelação. O Município não pode continuar a enviar as faturas para os devedores e até decisões do tribunal ficar tudo parado, continuando assim a receber documentos de gabinetes jurídicos a contrariar as decisões da Câmara e a tentar ganhar tempo para protelar os pagamentos. -----

Declarou que a Câmara não pode agir assim, pois estará a ser injusta para com aqueles que pagam mensalmente as suas dívidas à Câmara Municipal. Tal como disse o Senhor Deputado Pedro Leitão, a Câmara podia fazer isso através dos seus próprios meios, mas para isso era necessário que tivesse capacidade técnica para o efeito, se tivesse um gabinete de procedimento de execução fiscal, o que não se verifica. -----

Reiterou que a Câmara ainda não usou este procedimento em relação a nenhum processo, mas brevemente irá fazê-lo, pois não se pode continuar a trazer nas Contas do Município o valor de mais de um milhão de euros (1.000.000,00€) de dívida, por incapacidade da Câmara de os receber. -----

Considerou que, com o devido respeito, não basta o Senhor Deputado Pedro Leitão dizer que é ilegal a posição da Câmara, para que assim seja. Aludiu que pareceres jurídicos há muitos, e cada parecer pode dizer uma coisa distinta. -----

A título de exemplo, referiu que na semana em curso a Câmara confrontou-se com pareceres jurídicos, sobre documentos essenciais ao Município, sendo que uns dizem uma coisa e outros dizem outra. Questionou qual dos pareceres vão valorizar mais, se são os pareceres da Jurista do Município, à qual reconhecem competência há muitos anos, que possui experiência e que tem centenas e centenas de pareceres jurídicos emitidos, que no passado nunca ninguém os pôs contestou e que agora são postos em causa. Afirmou que sempre respeitou esses pareceres, independentemente de serem ou não de acordo com a sua vontade política. -----

----- O Senhor Presidente da Mesa explanou que tinha consultado o ponto 2) do artigo 53 do decreto-lei 169/99, que refere que estes assuntos têm que vir à Assembleia Municipal, para



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MANTEIGAS

Handwritten signatures and initials in blue ink.

esta última deliberar aprovar. Neste seguimento, propôs ao Órgão Executivo, na pessoa do Senhor Presidente da Câmara, que apresente este assunto numa próxima reunião da Assembleia Municipal, para discussão e votação. -----

----- O Senhor Deputado Pedro Leitão agradeceu as palavras do Senhor Presidente da Câmara. Disse que muito o descansa saber que são encetados todos os esforços, por parte do Município, para cobrar as dívidas antes de se chegar a vias judiciais. -----

No que concerne aos grandes devedores, explanou que a sua questão prende-se em saber se existe a noção de que a competência atribuída à Autoridade Tributária é para cobrança, é para execução fiscal de dívidas relativas a tributos, não a execução de contratos; se os grandes devedores devem a título de tributos e não de contratos; se quando o Senhor Presidente falou em grandes devedores, se estaria a referir à dívida das águas, e nesse caso depreendia que é uma tarifa de água e portanto, provavelmente cairá nas taxas, o que é enquadrável. -----

Aludiu que o Senhor Presidente, na sua explanação, referiu que entendia o seu romantismo, em se colocar ao lado dos Munícipes, mas que seria mais romântico pegar nos conhecimentos em prol destes, assim como referiu que existem muitos pareceres jurídicos. Neste contexto, declarou que no momento em que foi eleito Deputado desta Assembleia Municipal, colocou ao dispor de todos os Munícipes os seus próprios conhecimentos. -----

Avocou que quando deu o seu parecer sobre o tema em apreço, não é um parecer jurídico fundamentado por escrito, é uma exposição oral muito breve, que é obviamente acompanhada do teor político. Portanto, não é um parecer técnico ao nível daquele que provavelmente foi emitido pela técnica do gabinete Jurídico do Município. Sublinhou que não coloca em causa, nem nunca colocará em causa os valores desses pareceres técnico/jurídicos. É verdade que pareceres jurídicos há muitos, e se o Senhor Presidente da Câmara assim o desejasse, poderia fundamentar a sua exposição por escrito, de tal forma a que seja inatacável e que manda abaixo muitos outros pareceres. -----

----- PONTO 3.3 -----

APRECIAÇÃO, DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DAS DELIBERAÇÕES A TOMAR EM MINUTA, PARA
----- PRODUZIR EFEITOS IMEDIATOS, DESTA SESSÃO -----

----- O Senhor Presidente da Mesa questionou se alguém desejava usar da palavra neste ponto. Verificando que não havia inscrições propôs que se aprovasse em minuta para produzir efeitos imediatos o **ponto três um**. Colocada à votação tal proposta foi a mesma **aprovada por unanimidade**, portanto tais deliberações foram aprovadas em minuta para produzirem efeitos imediatos. -----

----- PONTO 4.-----

-----APRECIAÇÃO DA INFORMAÇÃO DO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL-----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MANTEIGAS

António

----- O Senhor Presidente da Mesa questionou se alguém deseja usar da palavra sobre a Informação do Senhor Presidente da Câmara. Verificando a intenção do Senhor Deputado Eduardo Monteiro em intervir, concedeu-lhe a palavra. -----

----- O Senhor Deputado Eduardo Monteiro, no uso da palavra, mencionou que no que concerne à informação relativa à realização ou participação da Senhora Vice-Presidente, em reuniões e outros eventos, é referido na página 3, uma reunião de preparação para o Festival da Juventude. Questionou como está a correr a preparação do Festival da Juventude. Ainda nessa informação, é avocada uma reunião com a equipa multidisciplinar do plano de combate ao insucesso escolar e a empresa Areal. Disse que gostaria de saber quem é a empresa Areal e o que faz a referida empresa. -----

Relativamente ao ponto da Divisão de Planeamento Obras e Urbanismo, há duas questões que gostaria de colocar, sendo que a primeira é um aviso que, certamente, o Município já teve em conta. Saudou a possibilidade de o pavilhão gimnodesportivo sofrer obras, contudo alertou que o pavilhão de Manteigas é um equipamento utilizado por diversas associações e pelo Agrupamento de Escolas de Manteigas. É um equipamento utilizado pela Associação Desportiva de Manteigas (ADM) para a prática de uma modalidade desportiva, é utilizado pelo grupo Desportivo de Sameiro e é utilizado pelo Agrupamento de Escolas, no âmbito da disciplina de educação física. Disse que avocava este assunto porque nestas intervenções há sempre atrasos, e um atraso poderá provocar que tanto as associações que utilizam o pavilhão, como a Escola se vejam impossibilitados de o utilizarem. Há épocas desportivas que têm um calendário definido, bem como o calendário escolar está definido. Chamou à atenção que um atraso na obra do Pavilhão pode causar incómodos à comunidade escolar de Manteigas, que é o mais importante, mas também às associações de Manteigas. -----

A última questão prende-se com o muro de suporte do Valzedo, a obra já está em execução. Questionou qual é o tempo previsto da execução. -----

----- A Senhora Deputada Odete Ganilha solicitou a palavra, referiu que na página 6 do documento supracitado é feita menção à recuperação do parque infantil do Arquivo Municipal e do Jardim do Pego. Indicou que em resposta à questão levantada, numa reunião pretérita da Assembleia Municipal, relativamente à situação do Parque Infantil do Arquivo Municipal e com a Expo-Estrela à porta, o Senhor Presidente refere e consta em ata o seguinte: *“que conhecia as fotos em questão publicadas e que as mesmas já eram velhas”*. Questionou se as fotos foram publicadas a 12 de fevereiro e trazidas à Assembleia a 22 de fevereiro, dez dias depois são velhas? Questionou qual o adjetivo a aplicar, quando após o alerta para esta situação em 29 de junho de 2018, e a mesma se manter até fevereiro de 2019, ou seja, se em dez dias a questão é velha, então oito meses o que será? -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MANTEIGAS

[Handwritten signature]

Explanou que com isto queria dizer que o Senhor Presidente até pode, em seguida, responder politicamente correto, mas o que é certo, é que enquanto Deputada eleita não vem para esta Assembleia trazer situações ou assuntos só para ocupar tempo de antena. Questionou se as fotos com doze dias eram velhas e se o Senhor Presidente da Câmara Municipal já sabia da situação, porque é que não solucionou o problema antes do mesmo ser velho. -----

Fez alusão ao que se passa a citar: *“Deu conhecimento que aquele equipamento foi fiscalizado”* (...) *“Explanou que através dos relatórios dessas vistorias, chegou-se ao conhecimento de particularidades que não estão finadas em termos técnicos na Câmara, tal como a lei exige. Após a receção desses relatórios, verificou-se o que se estava a passava e foram encomendados equipamentos novos para este parque infantil.”* Neste contexto, interpelou se a chegada desses equipamentos novos está prevista para breve. Isto porque os atuais não são novos e realmente sofreram um arranjo significativo, mas é preciso ter atenção porque os mesmos nem sequer têm uma das menções obrigatórias, que se cita: *“conforme os requisitos de segurança”*, entre outros dados que são obrigatórios e essenciais. -----

Aludiu que isto deveria ser considerado única e simplesmente como um alerta, pois o artigo 26 do diário da República n.º 182 de 2015 é explícito nas obrigações da entidade responsável pelo espaço de recreio, esta é uma responsabilidade da Câmara Municipal. -----

Entregou à Mesa da Assembleia Municipal um requerimento a solicitar os protocolos elaborados entre a ADM e a Câmara. Interpelou se relativamente ao percurso efetuado na recolha dos resíduos sólidos na vila, o Senhor Presidente já tem alguma informação adicional. Isto porque houve pessoas que lhe disseram que o percurso já foi alterado, outras dizem-lhe que não. -----

Por último, referiu que na página 10 do documento em apreço, na informação do Gabinete Técnico Florestal, são descritas as atividades e é referido dentro do Gabinete Técnico Florestal: *“Incêndio Florestal do Corredor de Mouros”*. Alertou que em termos de língua portuguesa o texto não está bem formulado. -----

----- O Senhor Presidente da Câmara fez uso da palavra para prestar os esclarecimentos solicitados pelos Senhores Deputados. Agradeceu ao Senhor Deputado Eduardo Monteiro os alertas que traz a esta Assembleia Municipal, sendo que os mesmos são sempre bem-vindos. Declarou que é isso que necessitamos no concelho de Manteigas, pois a crítica pela crítica é algo que não serve em lado nenhum, o que serve são estes alertas. -----

Referiu que, antes de ter iniciado esta reunião estava precisamente a falar no Pavilhão Desportivo, relativamente aos prazos, como está o processo, porque os trabalhos têm de ser executados dentro do período de férias dos alunos, sendo que não se pode estar a protelar prazos, chegar ao momento de férias e esperar mais tempo para o equipamento entrar em obras. -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MANTEIGAS

Partius

Informou que o muro do Valzedo constituía um perigo eminente, a qualquer momento podia ruir e os estragos seriam muitos. A solução foi desenvolvida com os técnicos da Câmara, que preconizaram a situação com a execução da obra em betão armado. Parte da obra já está feita, embora não seja visível, pois está no subsolo, está a travar para que o muro não deslize. Em seguida terá uma armação em betão de encosto, com uns contrafortes para segurar. É uma obra que está prevista para quarenta e cinco dias. Aludiu que nunca se sabe o que a natureza nos traz, mas depois desta intervenção podemos ficar mais descansados. -----

Agradeceu a intervenção da Senhora Deputada Odete Ganilha, que explanou as suas preocupações. À questão da Senhora Deputada Odete Ganilha se oito meses é pouco tempo, o Senhor Presidente da Câmara respondeu que depende para quê, qual o motivo, como se encaram as coisas e o que está em causa, ou seja depende sempre de muita coisa. -----

Em relação às fotos, indicou que não é só a Senhora Deputada Odete Ganilha que tira fotos, na Câmara também há técnicos que tiram fotos aos equipamentos. A Câmara também tem conhecimento de como os mesmos se encontram, e se muitas vezes não se consegue resolver os problemas mais cedo e dar respostas tão imediatas quanto seria necessário, não é por incapacidade pessoal de ninguém, é porque não há gente suficiente para resolver as situações. A Câmara está deficitária de trabalhadores, ao longo do tempo muitos trabalhadores pediram a aposentação e os lugares não foram preenchidos novamente, sendo que o Quadro da Câmara tem que forçosamente ser reforçado. -----

No que concerne ao protocolo com a Associação Desportiva de Manteigas (ADM), indicou que já tinha dado instruções para que o mesmo fosse facultado à Senhora Deputada Odete Ganilha. Esclareceu que o protocolo é o acordo entre as partes e o mesmo diz quais são as responsabilidades da Câmara e quais são as responsabilidades da ADM. Sublinhou que quando se vê lixo no Estádio é preciso ver de quem é a responsabilidade de o retirar, pois têm-lhe dito que aquilo é uma vergonha, que está tudo cheio de lixo. -----

A Câmara cumpre com a sua obrigação protocolar. Sendo que, o Município por constatar na vergonha em que aquele equipamento se encontrava, procedeu a limpeza do mesmo, mas não o voltará a fazer, e quando for necessário acionará imediatamente o protocolo. Há que ter rigor de uma vez por todas. O Município cumpre a sua parte relativamente ao financiamento e ao transporte, por isso não se pode permitir que se continue a protelar a falta de cumprimento de outras entidades, naquilo que são as suas responsabilidades. -----

Relativamente à recolha dos resíduos sólidos, a mesma começa a ser feita muito cedo, o percurso pode ser alterado, contudo entre as 08 horas e as 09 horas essa recolha tem que ser feita em algum local. Avocou que os trabalhadores da Câmara fazem essa recolha na vila bastante cedo, sendo que raramente os via perto das 09 horas no centro da vila, é mais entre as



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MANTEIGAS

Handwritten signature and initials in blue ink.

08 horas e as 08 horas e 30 minutos. Ainda assim, ia-se verificar o que seria possível fazer para alterar o horário de recolha dos resíduos sólidos. -----

A questão do Incêndio florestal está expressa na informação relativa ao Gabinete Técnico Florestal, porque foi uma das atividades desse gabinete, eventualmente poderia estar aditada a palavra "acompanhamento". -----

----- O Senhor Deputado Eduardo Monteiro tomou a palavra, recordou que levantou duas questões, para as quais ainda não teve resposta, relativamente ao Festival da Juventude e à empresa Areal. -----

Referiu que pediu a palavra para fazer uma consideração. Indicou que o Senhor Presidente da Câmara falou na Associação Desportiva de Manteigas. Declarou que não gosta de confundir o seu lugar de Deputado Municipal, com o seu lugar de Presidente da Assembleia Geral da ADM, sendo o sexto ano consecutivo que pertencia a essa associação. -----

Aludiu que o Senhor Presidente tem razão quando referiu que a ADM tem a responsabilidade de limpar o Estádio. Contudo, no seu ponto de vista, esta é uma questão que podia ser revista no protocolo. A ADM, tal como todas as outras associações de Manteigas, é constituída por pessoas voluntárias, que não recebem dinheiro. -----

Chamou à atenção que as associações em Manteigas vão passar por uma crise, pois ninguém quer fazer parte de uma associação, porque dá trabalho e muitas vezes as pessoas são maltratadas. A ADM dá muito trabalho, há treino todos os dias, são dezenas de crianças que estão ali a praticar desporto. -----

----- O Senhor Presidente da Câmara respondeu que o Município está aberto a todas as alterações que sejam necessárias fazer ao protocolo, contudo uma alteração a esse documento não poderá incidir só nesse ponto, terá que incidir também em outros pontos. Explanou que a Câmara subsidia as coletividades do concelho e todas as coletividades têm as suas responsabilidades. -----

Deixou claro que não tem nada contra qualquer coletividade, sendo que quando referiu o caso da ADM, nem sequer tinha ideia que o Senhor Deputado Eduardo Monteiro fazia parte dessa associação. Sublinhou que não foi nada de pessoal. -----

Anuiu que é possível fazer alterações aos protocolos, mas em função também do funcionamento das coletividades. A ADM trata-se de uma coletividade, que em tempos tinha muito mais modalidades do que tem agora e foi perdendo modalidades. No entanto, a Câmara não reduziu o apoio financeiro que lhe concede, em função das modalidades que perdeu e que deixou de ter. A ADM tem exatamente o mesmo apoio financeiro há sete ou oito anos. -----

Declarou que a Câmara pode assumir a limpeza do espaço, sendo certo que o trabalho custa dinheiro e se a Câmara desloca para lá alguém, tem que pagar aos trabalhadores, tem desgaste



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MANTEIGAS

Partur

[Signature]

de máquinas e tem consumo de combustíveis. Reiterou que pode-se chegar a um acordo e fazer-se uma alteração protocolar, contudo, enquanto esta associação tiver determinadas responsabilidades, as mesmas devem ser cumpridas. -----

----- A Senhora Vice-Presidente tomou a palavra, cumprimentou todos os presentes. No que concerne ao Festival da Juventude, explicou que quando na informação é referida a preparação, significa que está a ser elaborado um esboço daquilo que poderá ser o Festival da Juventude, em termos de bandas, tendo em conta o orçamento que a Câmara tem disponibilizado, qual a animação que o evento poderá ter. -----

Indicou que será intenção da Câmara chamar a Comissão que os acompanhou na Expo-Estrela, propor-lhes e dar-lhes a conhecer o esboço que foi formulado, chamando assim outros organismos e pessoas para darem a sua opinião. -----

Relativamente à empresa Areal, informou que para a colocação do equipamento na Sala Sensorial +, foram consultadas três empresas, no sentido de darem a conhecer o equipamento sensorial a ser aplicado nessa sala. Nesse sentido a sala foi vista por técnicos dessa empresa, de modo a verificarem as respetivas condições da mesma. Informou que a empresa Areal foi quem apresentou um equipamento, que melhor se adaptava às condições daquela sala, por esse motivo foi a escolhida. -----

Relativamente ao parque infantil e à questão levantada pela Senhora Deputada Odete Ganilha, deu nota que o Executivo já tinha conhecimento, porque também anda pelo concelho e vê o que está mal. Explanou que o equipamento em causa era passível de ser recuperado. Pois, o escorrega é um elemento completamente novo, custa bastante dinheiro e é um equipamento muito bonito. O equipamento foi remodelado e está em condições de segurança. Uma vistoria que foi feita pela ASAE apontou que aquilo que estava em falta era a sinalética de informação e esse painel foi aí colocado. No seu entendimento, neste momento o parque infantil corresponde a todas as normas. -----

----- A Senhora Deputada Odete Ganilha pediu a palavra, disse que sinceramente o parque infantil está impecável, o trabalho que foi feito está ótimo. Contudo, a nível de legislação, tinha consultado as normas europeias, e se por acaso acontecer alguma situação menos positiva nesse local, esses equipamentos não têm as normas. Alertou que, em regra, todos os equipamentos têm uma chapa fixada com a referência ao construtor, o ano, o peso. É obrigatório que os equipamentos tenham esses dados. A partir do momento em que não os têm, se acontecer alguma coisa menos positiva isso pode originar problemas para o Município. Deixou claro que apenas referiu este assunto como um alerta no sentido positivo. -----

----- O Senhor Presidente da Câmara informou que relativamente aos equipamentos, o Município tinha recebido recentemente o plano de segurança dos equipamentos infantis de



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MANTEIGAS

Partiu

diversos parques. Neste momento esta-se a proceder ao plano de segurança de equipamentos infantis dos estabelecimentos de ensino básico da Câmara Municipal, a próxima fase é a de intervenção. Todos os outros foram objeto de um plano de segurança que já está feito, foi adjudicado a uma empresa, por obrigatoriedade legal. -----

----- PONTO 5. -----

-----APRECIAÇÃO DE QUALQUER OUTRO ASSUNTO DE INTERESSE PARA O CONCELHO-----

----- O Senhor Presidente da Mesa, no uso da palavra, declarou aberta as inscrições dos Senhores Deputados que desejassem usar da palavra. Sugeriu a intervenção, neste ponto da Ordem de Trabalhos, do Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Santa Maria e do Senhor Deputado Luís Melo, uma vez que os mesmos deram-lhe conhecimento que têm uma Moção para apresentar ao Órgão Deliberativo e que já foi enviada previamente para todos os Senhores Deputados. Por ordem de inscrição concedeu a palavra ao Senhor Deputado Eduardo Monteiro.---

----- O Senhor Deputado Eduardo Monteiro referiu que tinha várias questões para expor, sendo que ia começar a sua intervenção por questionar, qual o ponto de situação relativamente à situação de transmissão das reuniões da Assembleia Municipal via internet, tal como já acontece em diversos Municípios do país. Recordou que este foi um tema abordado numa das primeiras reuniões da Assembleia Municipal, neste mandato. -----

A segunda questão diz respeito à candidatura do Geopark Estrela, questionou qual o ponto da situação. No que concerne à equipa multidisciplinar de combate ao insucesso escolar, referiu que na última reunião da Assembleia Municipal tinha questionado o Senhor Presidente da Câmara sobre esse assunto. Tendo o Senhor Presidente da Câmara, na altura, respondido que ia tentar obter os dados. Interpelou se já tem esses dados, de modo a perceber-se, exatamente, qual é a percentagem de insucesso escolar do concelho. Ainda sobre esta questão, disse que segundo o que tinha percebido a equipa multidisciplinar tem de apresentar relatórios. Perguntou quando é que os mesmos podem ser facultados à Assembleia Municipal. Caso seja necessário entregará um requerimento, através da Mesa da Assembleia Municipal, para os obter. -----

Aludiu que pretendia fazer uma sugestão que se prende com os postos de carregamento dos carros elétricos. Numa altura em que todos os países desenvolvidos tomam cada vez mais medidas de combate às emissões de carbono, conjugado também com o aumento de compra de carros elétricos, sugeriu ao Executivo que seja estudada a possibilidade de implementação de alguns postos de carregamento de carros elétricos no concelho. Existiram até há bem pouco tempo candidaturas para esta área. Alegou que num concelho como o de Manteigas, com paisagem e natureza, seria mais um passo importante em termos de medidas ambientais. -----

Para finalizar, disse que gostaria de abordar um assunto que embora não diga respeito à política local, mas que está ligada à mesma. Referiu que esse assunto diz respeito à greve dos



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MANTEIGAS

Manteigas

motoristas de transporte de matérias perigosas, que aconteceu há bem pouco tempo. No seu ponto de vista, é quase uma afronta algumas das medidas que o Governo tomou perante esta greve. Isto, porque há mais de vinte anos que se falar do Interior, de descentralização, de regionalização e depois vemos que quando é para haver transportes públicos e passes para transportes públicos, os mesmos vão para Lisboa. -----

Os Manteiguenses têm acesso a ínfimos transportes públicos, pouco mais é do que para a Guarda. Em Lisboa, os transportes públicos cobrem uma área de inúmeros quilómetros e pode-se andar por um preço reduzido, à custa dos impostos que todos pagamos. Por sua vez, o Governo, numa altura em que se depara com uma greve dos motoristas de transporte de matérias perigosas, em vez de penalizar os que têm à disposição os transportes públicos para circularem, vai penalizar os que não têm, porque foi exatamente isto que aconteceu.-----

Avocou que via a decisão dos serviços mínimos em Lisboa e no Porto, enquanto Manteiguense e habitante do Interior, quase como uma afronta. Lisboa e Porto têm direito a terem combustível, o resto do país não. Por acaso, em Manteigas não faltou combustível, mas houve concelhos do distrito da Guarda que ficaram sem o mesmo. Questionou como é que seria se a greve durasse mais dois ou três dias. Poderia acontecer os Bombeiros ficarem sem combustível, toda a gente ficar sem combustível. É verdade que há reserva, mas a mesma também acaba. Declarou que pretendia deixar bem claro, que para si é uma afronta que o Governo decreta os serviços mínimos em Lisboa e no Porto e depois se fale em descentralização. -----

----- O Senhor Deputado Rogério Batista cumprimentou todos os presentes, aludiu que pretendia abordar dois assuntos, sendo que julgava que um deles já tinha tido algum avanço na última reunião do Órgão Executivo, e diz respeito à situação do Centro de BTT. Indicou que está inserido no meio desportivo. Considerou que num concelho como o nosso, em que tentamos cada vez mais promover o turismo, onde se insere naturalmente o desporto de montanha, é de todo inconveniente a limitação funcional, não estrutural, do Centro de BTT. Nesse sentido, disse que gostaria de saber em que ponto é que se encontra a concessão do Parque da Várzea, onde também está integrado o Centro de BTT. -----

Mencionou que por vezes se houve muita coisa e perde-se a noção do que é realmente verdade. A ser verdade, é um erro muito grande, porque um Centro de BTT, no seu ponto de vista, não pode estar concessionado a uma entidade privada. O Centro de BTT tem de estar ao alcance de quem quer praticar desporto, de quem quer usufruir de Manteigas. Em relação a este aspeto, e ouvindo as queixas dos Municípios, está também a questão da sede do Grupo de BTT. Em termos do associativismo, que já foi abordado nesta sessão, de facto a ADM tem muita importância. Recordou que também já pertenceu à Direção da ADM, foi atleta, contudo o BTT tem promovido um maior número de atividades, que envolvem pessoas de fora do concelho, do



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MANTEIGAS

Partiu

que a ADM. -----

Deixou claro que não pretende criar uma guerra com esta afirmação, porque inclusivamente é sócio das duas coletividades. Cada uma à sua maneira tem o seu papel. A ADM traz mais pessoas no âmbito do futebol, mas a nível de gerar alguma economia local, o Grupo de BTT de Manteigas tem feito um pouco mais. Reportou que por várias vezes ouviu as queixas dos elementos do Grupo de BTT, pelo facto de não terem uma sede. Avocou que esta associação merece ter uma sede, tal como todas as outras associações. -----

Indicou que ia pegar nas palavras proferidas pelo Senhor Presidente da Câmara, nesta sessão, sobre a carência de funcionários do Município. Explicou que tem conhecimento que trata-se de um processo muito difícil e cada vez mais complicado, contudo um Município como Manteigas deveria ter nos seus Quadros de Pessoal um técnico superior de desporto. Indicou que em várias provas em que já participou, mais no âmbito do trail, verificou que a maior parte das Câmaras têm no mínimo um técnico superior de desporto. Na sua opinião, este técnico é muito importante na ponte que pode fazer com as organizações dos eventos. Manteigas carece de um técnico superior de desporto que possa promover mais atividades, que possa fazer pontes com mais organizações, que esteja inserido no meio e que desta forma seja mais fácil dar a conhecer o nosso concelho a possíveis organizações. -----

É de conhecimento que a Câmara costuma fazer uma avença para um técnico de desporto na área da geriatria, por exemplo se o Município de Manteigas tivesse um técnico superior de desporto essa situação já estaria precavida. -----

----- O Senhor Deputado António Fraga tomou a palavra disse que pretendia apresentar uma reflexão sobre o 25 de abril, que tinha redigido em nome da Bancada do Partido Socialista, que leu e que em seguida se transcreve:

“Passaram 45 anos desde o 25 de abril de 1974.

Serviu esse Movimento de Capitães para acabar com a guerra colonial, permitir eleições livres e instalar um regime democrático, liberdade de expressão e política, criação do chamado estado social (educação, saúde, habitação e justiça), terminar com o isolamento em relação à Europa e consequentemente o atraso em que se vivia.

Só por isto, já teria uma importância inegável, mas só assim foi possível a criação do chamado Poder Local, que quer se queira ou não, trouxe benefício e desenvolvimento ao país.

Por isso fomos eleitos e estamos aqui hoje.

Sendo assim orgulhemo-nos do 25 de Abril e vamos prosseguir com os seus ideais.”

Os Subscritores

António José Ascensão Fraga



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MANTEIGAS

Luís José dos Santos Melo
Rogério Sousa Batista
Nuno Manuel Matos Soares
Celestino José Ribeiro Pinheiro
António Miguel Aldeia Carvalho
Odete da Graça David Ganilha Almeida
Daniel António Quaresma Costa
Eduardo de Matos Monteiro
Arminda Nunes Pires Tomaz
António Pedro Santos Leitão
Joaquim Martins Fonseca Albuquerque
José Manuel Novo de Matos
João Abrantes Gaspar
Patrícia Alexandra dos Santos Martins
Joaquim Neves Biscaia
Paulo Manuel dos Santos Costa
Carlos Manuel Figueiredo Viegas
Nuno Miguel Fernandes Gonçalves

----- O Senhor Presidente da Mesa informou que no dia anterior a esta reunião, tinha falado com o Senhor Deputado António Fraga sobre este assunto, tendo manifestado que seria importante todos os partidos redigirem, em conjunto, um texto sobre o 25 de Abril. Efeméride que tem uma importância enorme, pois é devido a isso que eles estavam nesta reunião. -----
Explicou que o Senhor Deputado António Fraga lhe tida dito que o próprio ia redigir um texto sobre esta matéria. Face ao exposto, propôs que se todos concordassem como esta redação, o texto supracitado podia ser subscrito por todos os Senhores Deputados, que assim o desejassem fazer e que se revissem no mesmo. Aludiu que na sua opinião, este texto apesar de ser muito curto e simples, diz muito. -----
Deu nota que em 1971 a taxa de mortalidade infantil em Portugal era de 30%. É evidente que nessa altura, não se podia falar, pois eram imediatamente presos se se dissesse alguma coisa. Independentemente da questão da liberdade, o analfabetismo era de uma percentagem *record* em relação a toda a Europa, muito acima da Espanha, que já tinha tido uma guerra civil. -----
Avocou que com isto queria dizer que fomos os privilegiados, conseguimos fazer uma revolução sem quase disparar um tiro e desde então tem-se consolidado uma série de coisas. O país desenvolveu-se de uma forma espantosa neste últimos 45 anos. Evocou que quem nasceu nos anos 50 e fez algo nos ano 60 contra o regime de um ditador, é realmente importante perceber



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MANTEIGAS

Santiago

que mudou-se muito e comemorar para lembrar que temos de continuar nesta senda e não podemos estagnar. -----

----- O Senhor Deputado António Fraga prosseguiu com a sua explanação, referiu que dois municípios solicitaram-lhe, para interceder junto da Câmara, alertando que o piso da estrada do Poço do Inferno tem alguns buracos. Segundo o que lhe foi transmitido, as valetas não estarão assim tão más, mas o piso necessita de um pequeno arranjo. -----

----- O Senhor Deputado Nuno Soares, no uso da palavra, disse que pretendia dar conta da sua participação, enquanto representante da Assembleia Municipal de Manteigas, na Comunidade Intermunicipal das Beiras e Serra da Estrela. Informou que foram realizadas três sessões, sendo que a terceira sessão foi composta por duas reuniões. -----

Em traços muito gerais, referiu que no dia 13 de dezembro foi realizada, na Guarda, a primeira dessas três sessões, onde foi votada uma alteração aos estatutos da CIM. Reportou que houve uma pequena alteração legislativa, que implicou uma revisão dos estatutos, em que a alteração mais significativa prende-se com o facto da Assembleia Intermunicipal, que antes tinha sede itinerante (pois os estatutos previam que a sede da Assembleia seria no Município de onde fosse oriundo o Presidente da Assembleia Intermunicipal), essa referência foi retirada e passou a ser, desde essa data, na sede da CIM. A Assembleia Intermunicipal e a Comunidade Intermunicipal passaram a ter a mesma sede, que é nas antigas instalações da Câmara Municipal da Guarda, no largo da Sé. -----

Deu conhecimento que nessa sessão foi, também, apreciado e aprovado o Orçamento e o Plano de Atividades. O Orçamento tem uma receita e despesa correspondente na ordem dos seis milhões e cem mil euros (6.100.000,00€), tendo sido aprovado por unanimidade. Foi igualmente aprovado o Mapa de Pessoal para 2019 e foi também discutida a situação do encerramento dos postos dos CTT na área da Comunidade Intermunicipal. É de conhecimento que há duas providências cautelares pendentes, relativamente ao encerramento dos postos dos CTT. Portanto, apesar de o assunto ter saído um bocadinho da agenda pública e da ordem do dia, a Comunidade Intermunicipal ainda não deixou cair esse assunto e continua a trabalhar, para tentar que os postos dos CTT que ainda estão abertos se mantenham e os que foram encerrados possam reabrir. -----

Informou que, numa segunda sessão extraordinária, reuniram em Belmonte, no dia 25 de janeiro, no Museu Judaico. Nessa sessão foram aprovadas em rejeição as transferências de competências da Administração Central para a Comunidade Intermunicipal. Ou seja, aquelas que esta Assembleia Municipal também rejeitou, e que eram competência partilhada com a Comunidade Intermunicipal. Deu nota que, pela primeira vez nessa Assembleia Intermunicipal, foi aprovado o respetivo Regimento, pois até então a mesma não tinha Regimento. -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MANTEIGAS

Handwritten signatures in blue ink.

Na terceira sessão, primeira reunião, decorreu em Pinhel, foi aprovado o relatório de gestão e a conta de gerência da CIM do ano de 2018, com uma execução de receita na ordem dos dois milhões e duzentos mil euros (2.200.000,00€). Foram também aprovados outros documentos, nomeadamente, duas Moções num ponto denominado Acessibilidades no território da Comunidade. Houve duas moções, uma delas foi apresentada por eleitos do Sabugal, que apoiam a criação ou a continuação da ligação do Sabugal à A23, e conseqüentemente à A25, com uma estrada que já foi pensada em tempos e que inclui a ligação do Sabugal à A23, no nó de Caria e que faria ligação a Manteigas, aos túneis para a Covilhã – Seia – Gouveia, depois com futura ligação a Viseu. -----

Portanto, a Comunidade aprovou essa Moção de apoio a essa infraestrutura, que na parte do Sabugal foi feita às expensas da Câmara. Explanou que pretendeu-se com essa Moção, que essa estrada venha a ser incluída na próxima revisão do Plano Rodoviário. -----

Uma outra Moção da Assembleia Municipal de Almeida, que tem a ver com a ligação ao parque TIR à A25 e a ligação ferroviária do Porto de Aveiro, com passagem por Viseu a Vilar Formoso. Em suma, visa a construção da linha férrea de mercadorias, em alternativa à atual linha da Beira Alta. -----

Nessa reunião foi também proposto um outro ponto designado “Interior com futuro”, do qual poderá haver notícias dentro de algum tempo. Ele não foi concretizado, porque considerou-se que nesta fase pré-eleitoral, tanto em termos europeus, como de legislativas, não faria sentido estar a promover este debate. Isto porque, independentemente do que acontecer em Outubro, o país terá um novo Governo. Assim sendo, terá toda a lógica que este assunto seja debatido com o novo Governo que for eleito. A ideia é a Comunidade promover um seminário sendo que na altura serão convidadas às Assembleias e os Executivos Municipais para participar, bem como pessoas externas a estes organismos, de modo a se dar mais um contributo para aquilo que pretendemos que seja o Interior. -----

A primeira reunião desta sessão foi interrompida, por volta das 17 horas, por falta de quórum e como havia vários pontos ainda para debater, foi agendada uma segunda reunião, que se realizou no dia 11 de abril. Nessa reunião foram debatidos os restantes pontos que ficaram pendentes, tais como a Estratégia de dados abertos da Comunidade Intermunicipal e o perfil industrial e *clusters* industriais na zona da CIM Beiras e Serra da Estrela. Elucidou que isto assenta em dois trabalhos académicos, feitos por um dos membros da Assembleia, o Professor Carlos Leitão, que é membro da Assembleia Municipal do Fundão. Daqui vai resultar a criação de dois grupos de trabalho, um deles para estudar a estratégia de dados, que devem ser tornados públicos pela Comunidade Intermunicipal, para efeitos estatísticos e de transparência. Sendo que, posteriormente, este trabalho será disponibilizado às Câmaras Municipais, se



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MANTEIGAS

Leiteiro

acharem interesse em fazer uma gestão dentro das regras que vão ser definidas, que depois ficará à consideração de cada um dos Executivos, mas para já, o que vai ser pedido é para a Comunidade Intermunicipal. -----

Explanou que o perfil industrial e *clusters* assenta também no trabalho do professor João Carlos e foram identificados vários *clusters*, em que podemos ter vantagem competitiva sobre outras regiões do país. Neste sentido, será também criado um grupo de trabalho para apresentar um plano de *clusters* industriais, que poderão ser altamente competitivos no nosso território, assim como também para apresentar o trabalho que será feito com o atual plano de desenvolvimento da Comunidade Intermunicipal, que foi aprovado há cerca de três ou quatro anos atrás. -----

----- O Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Sameiro solicitou a palavra, disse que ia pegar na questão do Senhor Presidente da Mesa, relativamente ao móbil. Declarou que não foram acusações, foi um ato pedagógico e que em seguida passaria a explicar o motivo. Referiu que não foi uma resposta sobre a questão da obra que estava a ser feita, e que nunca foi concretizada e que ia no sentido de dar bem-estar e conforto aos trabalhadores de Sameiro. Em seguida entregou à Mesa da Assembleia Municipal, através da pessoa do Senhor Presidente da Mesa, fotocópia de documentos que seriam avocados nesta explanação. -----

Reportou que no dia 30 de julho de 2013, quando o seu colega Presidente da Junta de Freguesia de Sameiro, na altura, soube que ele seria candidato pelo PS, fez um despacho em que lhe retirava todas as competências de assinar ou de redigir qualquer documento. Alegou que segundo a cópia que entregou à Mesa da Assembleia Municipal, o candidato do PSD continuava a ter essas competências. -----

Mencionou que entregou, ao Senhor Presidente da Mesa, cópia de um documento que refere que até 1986, até vir para Portugal, pertenceu ao Movimento contra o racismo e amizade entre os povos, era o Secretário de uma cidade com mais de trinta mil habitantes, em que foi convidado pelos meus colegas franceses. Explanou que frisava este ponto, de modo a que fique claro quais são as suas questões ideológicas. -----

Relativamente ao Orçamento, declarou que só tomou posse em outubro de 2013, portanto só foi Presidente e responsável pelo Relatório de Contas pelo período de dois meses, sendo que quando se submete o Orçamento, o mesmo diz respeito a todo o ano. Avocou que nunca na Junta de Freguesia de Sameiro tinha recebido uma missiva idêntica a que foi recebida, que reportava que houve mais gastos do que receitas. Esse documento foi enviado pelos responsáveis do Tribunal de Contas. -----

Indicou que o Senhor Deputado Nuno Soares dirigiu-lhe para o *e-mail* da Junta de Freguesia de Sameiro, uma mensagem que depois divulgou nas redes sociais. Houve um funcionário da Câmara que também lhe dirigiu uma missiva e nessa altura fez *mea culpa*. Deu nota que no dia



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MANTEIGAS

Fartuz

15, em que houve Assembleia de Freguesia de Sameiro, o Senhor Deputado Luís Miguel entregou-lhe uma Moção, que foi assinada só por ele e pela pessoa que o acompanhava, em que o chama de autista. Explanou que nesse momento não se pôde calar, pois tem um filho com 60% de incapacidade e tem uma sobrinha autista. Questionou se caso tivesse alguma incapacidade, se não tinha direito a ser Presidente de Junta. Interpelou com esta atitude quem é Xenófobo. Referiu que, na altura, pediu a palavra ao Senhor Presidente da Assembleia de Freguesia e disse o que tinha a dizer. -----

Declarou que recusa *bullying* político e xenofobia política, sempre lutou contra isso. Tendo sido partir dessa Moção violenta, que disse para os membros da Assembleia de Freguesia que esta situação tinha de acabar, pois já durava há quatro anos. Durante esse tempo foi acusado de acabar com a escola, com o Lar, de ser culpado de tudo. Nesse seguimento redigiu uma Moção, a qual deu conhecimento ao Senhor Deputado Nuno Soares, no dia 18 por volta das 20 horas, depois de ter falado com os membros da Assembleia. Alegou que toda a gente comete erros e claro que nessa Moção se reportou ao ano de 2013. -----

Denunciou que viu cheques de setecentos euros (700,00€), sem destinatário, dos quais entregou cópia à Mesa da Assembleia Municipal. Questionou onde está a fatura relativa ao subsídio atribuído ao Lar para material desportivo. -----

Aludiu que a Junta de Freguesia recebe, atualmente, quarenta mil euros (40.000,00€) dos Baldios (no Governo anterior eram trinta e cinco mil euros (35.000,00€)) para gerir para os Sapadores, contudo esse valor não chega. Nunca tinha uma Junta de Freguesia transferido, em período pós-eleitoral, quinze mil euros (15.000,00€), Referiu que esse dinheiro deveria ter permanecido na Junta, pois é para esta última pagar, tendo ficado sem dinheiro. Acrescentou que já em período de gestão, depois dos resultados das eleições, pagou-se a empresas valores de doze mil euros (12.000,00€). -----

Sublinhou que nem ele, nem nenhum membro da Junta de Freguesia de Sameiro, tem em casa telecomunicações móveis privadas, pagas com setecentos e cinquenta euros (750,00€) dessa Junta de Freguesia. Explanou que aquilo que quis dizer a esses Senhores foi para que deixassem correr as coisas, porque depois quando estiverem no lugar, terão oportunidade de fazer o que têm a fazer. -----

Reportou que, porque o jardineiro corta o arbusto em agosto, vão expor a situação para as redes sociais. Em agosto de 2018 queimaram a casa de banho das mulheres em Sameiro e ninguém se levantou contra esse vandalismo. A Junta de Freguesia de Sameiro teve de reparar todas as loiças que foram rebentadas e queimadas. -----

Declarou que com isto pretendia dizer que a sua reação foi pedagógica. Questionou qual é o Presidente que faz mal por querer? Na generalidade, todos nós fazemos coisas a pensar que



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MANTEIGAS

António

estamos a fazer bem. Agora é necessário acabar com uma perseguição permanente, pois chegam à porta do Presidente da Junta de Freguesia e partem-lhe os vasos; chegam à porta das Junta de Freguesia e partem os vasos; lançam produtos químicos na piscina. Isto é crime, no entanto, não via ninguém a criticar essas situações. -----

Aludiu que não está sozinho na Junta de Freguesia de Sameiro, sendo que no dia que as pessoas acharem que devem mudar de partido, por princípio, nunca iria fazer um despacho como lhe fizeram a si. Disse que não colocou a questão superiormente, à Comissão de Eleições, contudo questionou com que base se faz um despacho destes Porque estava numa lista contrária são lhe retiradas competências e mantêm-nas aos outros que estão na lista do PSD. ----

----- O Senhor Deputado Pedro Leitão solicitou a palavra, referiu que pretendia intervir relativamente à Comunidade Intermunicipal, contudo considerava que já foi quase tudo dito pelo Senhor Deputado Nuno Soares. Como tal, apenas pretendia fazer alusão à Moção sobre a Central Nuclear de Almaraz. Aludiu que falou com o Senhor Deputado Albino Bárbara, que lhe comunicou que tinha requerido à Mesa da Assembleia da CIM BSE, para que fosse enviada uma cópia da Moção aos Municípios. Independentemente disso, explanou que queria chamar à atenção para o facto de existir aqui à porta uma Central Nuclear, sendo que há movimentos que se opõem à continuação da laboração da Central Nuclear de Almaraz, que em muito já ultrapassou o tempo de vida útil. -----

Neste sentido exortou ao Senhor Presidente da Assembleia Municipal e ao Senhor Presidente da Câmara, que quando receberem a cópia da Moção, estejam dispostos a dar todo o apoio necessário, para que o encerramento seja efetivo, para que o desmantelamento da própria Central se processe o mais depressa possível. Segundo o que tinha aprendido nessa reunião da Assembleia da CIM, o desmantelamento de uma Central Nuclear leva cerca de oito anos. Em suma, temos uma bomba relógio aqui à porta e é algo que nos afeta a todos. -----

Relativamente ao Regimento da Assembleia, referiu que os *e-mails* que o Senhor Presidente da Mesa recebeu, tanto da sua parte como da Senhora Deputada Odete Ganilha, se calhar deveria estar no próprio *e-mail* com conhecimento, são *e-mails* para discussão do grupo de trabalho, que foram reencaminhados para todas as pessoas que estão relacionadas com esse projeto. As pessoas não param efetivamente de trabalhar, é um trabalho que não é muito fácil. Todos têm uma vida pessoal, que não permite que esse trabalho se faça imediatamente. Explicou que na intervenção que tinha feito anteriormente, não queria parecer ríspido para com o Senhor Deputado António Fraga. Clarificou que se dirigia diretamente ao Senhor Deputado António Fraga, pois foi quem assumiu, por parte da Bancada do Partido Socialista, o compromisso de levar a bom-porto a elaboração do Regimento e gostava que o compromisso fosse reafirmado. É importante deixar o resto para trás e apresentarem um texto a sério, no sentido de ajudar os



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MANTEIGAS

António

trabalhos da Assembleia Municipal. -----

Avocou que, um último assunto que pretendia abordar, nesta intervenção, prende-se com o 25 de Abril. Em seguida proferiu as palavras que em seguida se reproduzem:

“Que nos lembremos que se estamos todos hoje aqui sentados, enquanto Deputados Municipais que se chateiam uns com os outros, que espicaçam o Executivo. Para além do decreto que mexeu no regime das Forças Armadas, e que estragava a carreira militar a muita gente, para lá disso apercebeu-se da importância política que estava inerente à sua atuação, que a sua atuação ia muito pra lá do que pura simplesmente rejeitarem aqueles decretos, que faziam os oficiais milicianos passarem-lhes à frente, em termos de carreira e pessoas com menos anos de experiência.

É à pala disso que estamos hoje aqui sentados, à vontade, para poder falar assim. Há cinquenta anos atrás ninguém se metia com o Senhor Presidente da Câmara e hoje podemos fazê-lo. Somos livres de o fazer. A verdade é que a democracia que temos vindo a construir, bem ou mal, é ainda muito jovem, 45 anos para um Estado não são nada. Temos erros atrás de erros e temos de aprender com eles.

Temos que começar a perceber que parte também de nós, que estamos aqui sentados, defender essa democracia, defendê-la contra aquilo que é um monstro que começa a surgir em todo o lado. Os extremismos começam a surgir em todo o lado, o populismo começa a surgir em todo o lado. Também nos cabe a nos defender isso, defender a democracia disso. Portanto, 25 de Abril sempre, fascismo nunca mais.”

----- O Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Santa Maria, no uso da palavra, cumprimentou todos os presentes, fez uma síntese da proposta apresentada pelo próprio e pelo Senhor Deputado Luís Melo. Aludiu que, tal como refere a proposta, a mesma foi feita no âmbito de uma discussão ocorrida na reunião da Assembleia Municipal, realizada em 22 de fevereiro de 2019. Na qual o Senhor Presidente da Assembleia Municipal sugeriu que se avançasse com esta proposta. -----

Explicou que não é nenhuma ingerência nas entidades que estão aí mencionadas. É um alerta para o mau estado em que os caminhos florestais se encontram e os poucos que se encontram em bom estado são usados não só pelos compartes, mas por qualquer cidadão de várias formas e em diversas atividades (recreio, lazer e desporto). Explicou que faziam este alerta, porque os caminhos florestais durante muitos anos, tiveram o empenho de várias entidades locais em manter esse próprio património, sendo que nessa altura não tinham essa parte lúdica, serviam mais a função florestal. Os caminhos florestais serviam, precisamente, para todas as atividades inerentes aos Serviços Florestais (manutenção, corte de matos, combate a incêndios florestais). Foi um património que foi construído, tem valor, não só pelos muros como pelo escoamento de



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MANTEIGAS

águas, pelo combate à erosão, etc. -----

Nos últimos anos tem-se assistido e bem, a uma procura crescente de atividades de recreio, lazer e desporto, e se o Município de Manteigas se quer afirmar como Capital do BTT, Capital de Desportos de Montanha, tem de dar condições para que as pessoas nos visitam possam ter onde comer e dormir, mas também têm de ter um complemento a essa parte do prato e da cama, ou seja este tipo de estruturas de apoio a este tipo de atividades estejam em perfeitas condições. -----

Hoje em dia assistimos ao facto de que esses caminhos não respondem positivamente a essas situações, quer à parte da vertente florestal, quer à parte lúdica dos desportos radicais (BTT, Traill, Ultra-traill, caminhadas), porque os mesmos estão danificados e em mau estado, por várias razões: muitos deles estão em área florestal, o mato não é estático e cresce em qualquer local; as intempéries também são muitas e destroem os aquedutos e as valetas. Se não houver manutenção os caminhos são destruídos, não só como património florestal, mas como para tudo o que agora se procura em Manteigas, as tais atividades lúdicas. -----

Alertou que se pode virar o feitiço contra o feiticeiro, porque não se pode fazer publicidade com cartazes muito bonitos e com publicidade fantástica, apelando as pessoas que nos visitem e pratiquem atividades, se depois as pessoas chegam ao terreno e não termos condições para lhes oferecer, aquilo que elas aqui vêm procurar. Sublinhou que é esta publicidade no terreno que é eficaz, pois é aquela que passa. -----

Explanou que esta proposta pretende convergir esforços entre todas as partes, que têm responsabilidades nesta matéria. Para que saibamos manter aquilo que os nossos antepassados contruíram, manter para valorizar o património do território de Manteigas. -----

Avocou que o Conselho Diretivo a que preside não tem meios suficientes, sendo que o Senhor Deputado Luís Melo, que redigiu juntamente consigo este texto, também referiu que o Conselho Diretivo dos Baldios de São Pedro tem pouco mais do que tem o Conselho Diretivo dos Baldios de Santa Maria. Os caminhos precisam de muito mais. Declarou que com a boa vontade e com os meios que se tem, conseguirão colocar os caminhos operacionais, sendo esta proposta nesse sentido. Convergir energias locais de maneira a que o território de Manteigas seja valorizado. -----

----- O Senhor Segundo Secretário da Mesa fez um resumo da proposta apresenta pelo Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Santa Maria e pelo Senhor Deputado Luís Melo. Tendo referido que na mesma é proposto o que se passa a citar:

“- As entidades que emitem parecer sobre a utilização dos caminhos florestais, CMM e ICNF, se obriguem a colaborar na manutenção dos mesmos caminhos; Caso contrário, aquando da emissão dos pareceres relativamente à autorização do uso de caminhos florestais para veículos motorizados, que seja cobrada uma taxa e esta tenha como destino a manutenção dos caminhos



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MANTEIGAS

usados pelos requerentes.

- O ICNF se obrigue a consultar os Conselhos Diretivos dos Baldios para emissão dos pareceres para utilização de património baldio incluindo os caminhos florestais.

- Que sejam avaliadas as consequências desse tipo de uso, e se, se verificar um uso com consequências nocivas para o património natural ou edificado que se condicione ou que sejam interditos alguns caminhos as atividades nocivas.

- Que se encerre a veículos motorizados o caminho florestal onde está implantada a Rota da Faias PRMTG – 13 Manteigas Trilhos Verdes, os troços da estrada da Serra de Baixo à Lagoa Seca, do alto da Portela ao cabeço de Moreira e o caminho da casa do Guarda dos Carvalhais.”

----- O Senhor Deputado Luís Melo fez uso da palavra, cumprimentou todos os presentes, sublinhou que era necessário fazer uma retificação na proposta, deve-se ler: “interdite-se à prática de desportos motorizados”. -----

----- O Senhor Deputado Eduardo Monteiro pediu a palavra, disse que concorda com a proposta supracita, contudo levanta-se uma questão. A Assembleia Municipal aprova esta proposta, e quais serão os efeitos práticos perante o ICNF? O ICNF vai pegar nisto e vai fazer o quê? O que tem feito nos últimos anos? -----

Declarou que esta explanação não é nenhuma afronta à referida proposta, mas é necessário pensar qual é o efeito prático que isto tem. -----

----- O Senhor Presidente da Mesa tomou a palavra, recordou que os Deputados desta Assembleia Municipal são políticos do centro do país, não são Ministros da Administração Interna, nem do Ambiente, pois estes é que têm o poder de decisão sobre esta matéria. -----

Referiu que, seguindo o raciocínio do Senhor Deputado Eduardo Monteiro, esta Assembleia Municipal, também, nunca teria tentado reivindicar fosse o que fosse a bem deste concelho, ou a bem da região envolvente. A título de exemplo, mencionou que relativamente aos Correios, este Órgão Deliberativo marcou a sua posição, pois é o que podem fazer. -----

Na sua opinião esta Assembleia Municipal tem o poder, e deve, propor a todas a estruturas de poder intermédio, ou central, algo que defenda a nossa terra. Não se pode partir do princípio que nada adianta fazer. -----

----- O Senhor Deputado Eduardo Monteiro fez uso da palavra, explicou que aquilo que queria dizer na sua intervenção, é algo que todos têm conhecimento, que esta proposta vai chegar ao ICNF e esta última entidade não vai fazer nada. Sendo esse um facto que critica. -----

Declarou que esta proposta é de louvar, contudo a mesma será entregue no ICNF e eles vão pegar no papel e arrumam-no. Sublinhou que não é com moções de censura que se consegue obter algo, há outras maneiras de lutar. Isto não é um problema de Manteigas, é um problema de todos os Municípios pequenos. -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MANTEIGAS

[Handwritten signatures]

----- O Senhor Presidente da Mesa mencionou que mesmo a ação sendo pequena, mesmo pensando que não vai resultar em nada, mais vale fazer a ação do que ficar na inação. -----

----- O Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Santa Maria aludiu que a questão colocada pelo Senhor Deputado Eduardo Monteiro é pertinente, e pode-se correr esse risco de o ICNF nada fazer com essa proposta, mas ainda assim, é preferível arriscar. Sugeriu que para além das entidades que estão referenciadas na proposta supracitada, que a mesma seja também remetida para o Senhor Secretário do Ambiente. -----

----- O Senhor Deputado Pedro Leitão, no uso da palavra, disse que concorda com o Senhor Deputado Eduardo Monteiro, contudo não se podem esquecer que o homem que não se alimenta dos seus próprios sonhos emagrece. -----

A razão pela qual a Assembleia Municipal deve fazer esta proposta é porque pode, porque somos livres para o fazer, logo devem fazê-lo. -----

----- O Senhor Presidente da Mesa colocou a **proposta do Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Santa Maria e do Senhor Deputado Luís Melo** à votação, tendo sido **aprovada por unanimidade**. -----

----- O Senhor Presidente da Câmara tomou a palavra para prestar os esclarecimentos solicitados pelos Senhores Deputados. Deu conhecimento que a candidatura ao Geopark não foi aprovada pela Comissão da UNESCO, como era expetável no final do ano de 2018. Explicou que isto aconteceu porque houve a intromissão de um Geopark vizinho, que avocou não existir descontinuidade em relação ao território, em relação às potencialidades geológicas. Em suma, que não se justificava. Declarou que, no seu ponto de vista, foi uma intromissão completamente despropositada. -----

Neste seguimento a Comissão da UNESCO decidiu foi solicitar ao Geopark Estrela, que apresentasse um relatório externo, que complementasse toda a informação que já tinha remetido anteriormente. No fundo, protelaram a decisão, ganharam tempo e até agora não houve nenhuma decisão. O relatório já está feito, houve uma reunião com o Presidente da Comissão Nacional da UNESCO, um embaixador. A reunião foi feita entre o Diretor Técnico e o Diretor Científico do Projeto *Aspiring Geopark*, sendo que não há sintonia entre as posições assumidas por estes e a posição defendida pela Comissão Nacional da UNESCO. -----

A Comissão da UNESCO é da opinião que o Geopark se deve dirigir à outra entidade, a Naturtejo, ter uma reunião prévia com esta, no sentido de amenizar qualquer divergência. Contudo, os os Técnicos do Geopark consideram que não, porque a outra entidade intrometeu-se no processo indevidamente e sem qualquer tipo de diálogo anterior. Esta situação originou uma comunicação do Senhor Presidente da UNESCO, manifestando a sua posição e a posição do grupo Técnico do Geopark. -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MANTEIGAS

António

No seu ponto de vista, aquilo que deve ser feito e que já o propôs ao Presidente do Geopark, é que rapidamente reúna a Direção e a Assembleia Geral e que sejam estes dois organismos a tomar posição e não deixar o Grupo Técnico trabalhar sozinho, numa questão que os ultrapassa, pois é uma questão mais institucional. As questões de relacionamento entre o Geopark que já existe e do *Aspiring Geopark Estrela* é uma questão, que do seu ponto de vista, é de índole mais diplomática e de relação mais institucional. Por esse motivo dever ser a Direção a definir o caminho a seguir. -----

Até agora existe um impasse no processo, sendo que receia que depois de um avanço com algum voluntarismo, por parte do corpo técnico, o processo se atrase. Pois, inclusivamente, esta entidade entra nos territórios de forma desordenada e sem conhecimento, muitas vezes, dos próprios Municípios, levando a que cometa erros, julgando que está a fazer um bom trabalho. A título de exemplo, referiu as mesas interpretativas que foram colocadas por estes no território, algumas delas têm materiais que não são adequados aquilo que é um Geopark. Por outro lado, o aspeto arquitetónico das mesmas dá a impressão de que estão mal construídas, em locais completamente despropositados e fizeram isso sem consultarem as Câmaras Municipais. -----

Informou que nesse seguimento, remeteu um ofício para o Geopark a dizer que o Município deveria ser consultado, porque também tem uma palavra a dizer. Anuiu que o trabalho está a ser desenvolvido, contudo no seu entendimento quem não se tem envolvido muito, nem tem feito trabalho diplomático e institucional é a Direção e a Assembleia Geral do Geopark. -----

Em relação ao insucesso escolar em Manteigas, declarou que não há insucesso escolar, ou é praticamente nulo. Neste sentido, o Município de Manteigas está a aproveitar a possibilidade desta candidatura, de modo a envolver mais os alunos em determinadas atividades e evoluir para um Centro de Estudo Acompanhado. Os relatórios serão apresentados à Câmara. Deu conhecimento que a equipa multidisciplinar, neste momento, já têm objetivos conseguidos, sendo que a contratação dos serviços a prestar, refere que só serão pagos os serviços com a apresentação do trabalho e respetivos relatórios, que poderão ser enviados para os Senhores Deputados da Assembleia Municipal. -----

No que diz respeito aos postos de carregamento de carros elétricos, está agendada uma reunião com o técnico da EDP, para se discutir o local ou os locais para a instalação desses equipamentos, que serão dois no máximo, sem custos de instalação para a Câmara, que apenas terá que preparar os locais. -----

Mencionou que o Senhor Deputado Eduardo Monteiro, na sua intervenção, fez alusão à greve dos motoristas de transporte de matérias perigosas. Nesse seguimento, deu conhecimento que o posto de abastecimento de combustível da Senhora dos Verdes está definido como posto prioritário. -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MANTEIGAS

Santiago

Relativamente à intervenção do Senhor Deputado Rogério Batista, o Senhor Presidente afirmou que valoriza muito aquilo que o Grupo de BTT está a fazer pelo concelho de Manteigas e que vem realmente corresponder às expectativas que eram do Município, há uns anos a esta parte. Explanou que Câmara também não está parada, pois se alguém promove de forma séria o BTT, é o Grupo de BTT e a Câmara Municipal de Manteigas, que há muitos anos tem promovido esta atividade desportiva. Avocou que, quando há uns anos foi colocado um *placard* a designar “Manteigas Capital do BTT”, houve quem achasse a ideia bacoca. No entanto, a verdade é que mais ninguém conseguiu chamar a outra localidade no país “Capital de BTT”. Há de facto outra localidade que queria este epíteto, mas que apenas ficou designada de Catedral do BTT. -----

O Senhor Presidente realçou que afinal tinham razão quando apostaram fortemente no BTT e, atualmente, faz-se muitas provas que são promovidas pela Câmara Municipal de Manteigas. Há depois quem execute um trabalho sério e que está envolvido no país com este tipo de estruturas, há a colaboração da Associação Desportiva da Manteigas, mas há uma forte participação do Grupo de BTT, que se reconhece. -----

Avocou que, desde o início deste mandato, tem vindo a dizer que a cooperação deve ser uma correia de transmissão nos dois sentidos, não pode andar só para um lado, não se pode esperar que a Câmara dê tudo e que Manteigas não receba nada. Tem que se perceber que quando o Município promove alguma atividade, sobretudo as coletividades que são subsidiadas pela Câmara, não podem estar com a fatura à frente, porque a Câmara já ajuda financeiramente. Não podem querer cobrar pelo trabalho que se presta, e que muitas vezes é feito por voluntários. Referiu que não pode entender que a Câmara subsidie uma coletividade, e quando se pede algo, como por exemplo a presença em algum evento, não há disponibilidade por parte dessas entidades. -----

Reconheceu que o Grupo de BTT tem colaborado bastante com o Município, contudo não se pode fundar associações à espera que a Câmara dê a sede. É preciso haver aqui um trabalho profícuo e de cooperação, que justifique aquilo que a Câmara também despende. Informou que na última reunião de Câmara falou sobre o Grupo BTT, sendo sensível a essa situação. -----

Deu nota que o Parque da Várzea, dentro de pouco tempo, estará livre da concessão, pois a Câmara já decidiu aprovar a resolução do contrato de concessão. É verdade que esse contrato de concessão pressupunha que quem explorava, quem usava, quem limpava o Centro de BTT era o concessionário. Estando o parque livre daquela concessão, tem que se pensar como é que se pode ter aquele espaço sempre aberto. Aludiu que ia propor que a parte do Centro de BTT seja entregue ao Grupo de BTT, permitindo a essa entidade ampliar as instalações e fazer ali a sua sede social, concentrando ali toda a atividade do Grupo. -----

O parque da Várzea tem de funcionar, não pode estar com o portão fechado, como esteve



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MANTEIGAS

Fartim

J
R

durante muito tempo nestes últimos anos. Este tem de ser usado e fruído por quem nos visita, não é só pelo concessionário, é por toda a gente que assim o deseje. Portanto, será iniciado um procedimento que possibilite que o Parque da Várzea sirva toda a gente. Depois há outra responsabilidade que é a parte do bar, que também não pode estar fechado. -----

Concordou com o Senhor Deputado Rogério Batista relativamente ao facto de a Câmara necessitar de um técnico superior de desporto. Afirmou que realmente é impensável que o Município não tenha um técnico superior de desporto, assim como é impensável que não tenha um técnico superior de ambiente, um técnico superior de turismo e um técnico superior de arquitetura. Efetivamente a Câmara tem muitas necessidades, que pretende que sejam sanadas aos poucos. -----

Agradeceu ao Senhor Deputado António Fraga ter-lhe transmitido aquilo que lhe disseram, sobre a estrada florestal do Poço do Inferno. Aludiu que a referência do Senhor Deputado Pedro Leitão ao 25 de Abril foi fantástica. Recordou que o Município de Manteigas celebrou esta efeméride, tendo convidado os Senhores Deputados. -----

Pedi permissão para dizer algo relativamente à proposta que foi aprovada neste ponto da Ordem de Trabalhos, enquanto representante de uma das entidades mencionadas na mesma e que coopera. Referiu que acha bem que estas propostas cheguem à tutela, sendo que a Câmara está disponível para fazer o que for necessário, embora não possa cooperar financeiramente, pois não pode transferir orçamento da Câmara para o ICNF, nem para as Juntas de Freguesia, porque em termos de verbas só através dos contratos de execução isso é possível. -----

Disse que acredita que esta petição pode chegar a bom-porto. Da parte do Município de Manteigas os meios podem ser deslocados, pode-se ajudar os Conselhos Diretivos dos Baldios, com critérios e caso a caso. -----

Recordou que, neste momento, a Câmara já faz a manutenção de duas estradas florestais. Por exemplo, a estrada do Poço do Inferno é florestal, mas quem a pavimentou e tapa os buracos é a Câmara Municipal. A estrada de São Sebastião também é florestal e foi a Câmara que fez o pavimento e que a trata. Explanou que com isto pretendia dizer que a Câmara já está a intervir naquilo que é do ICNF. -----

No que concerne aos pareceres, isso já é outra situação, tendo feito votos que se isto chegar à tutela, que eles alterem a lei. Isto porque, só estão habilitadas a dar pareceres técnicos, as entidades que estão definidas no Plano de Ordenamento do Parque Natural da Serra da Estrela, pois este define critérios e quem o gere no que diz respeito aos pareceres é o ICNF. Alegou que ou os Conselhos Diretivos dos Baldios definem critérios para darem os pareceres, ou aleatoriamente é complicado, porque a única entidade que está indicada por lei para dar pareceres é o ICNF. -----



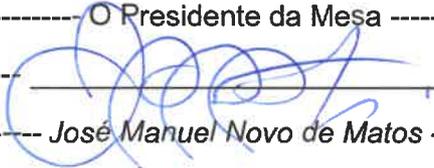
ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MANTEIGAS

----- O Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Santa Maria deixou a ressalva que a proposta não fala em estrada, apenas refere caminhos florestais. -----

----- O Senhor Deputado Nuno Soares, no uso da palavra, disse que gostava que ficasse devidamente esclarecido, pela pessoa que o visou, o Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Sameiro, em qual das situações relatadas ele tinha sido interveniente, para ser visado na questão. Deixou um desafio, não só para o Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Sameiro, como para todos os que estavam presentes nesta sessão. Questionou se nas muitas discussões que já teve nesta sala e em muitas outras salas, em dezenas de reuniões políticas que já teve com amigos e com adversários, quem dos presentes podia dizer que alguma vez tinha faltado ao respeito seja a quem for. -----

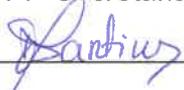
----- O Senhor Presidente da Mesa questionou se mais alguém desejava usar da palavra. Verificando que não havia inscrições e nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente da Mesa, deu por encerrada a sessão às dezoito horas e quarenta e cinco minutos do dia vinte e seis de abril de dois mil e dezanove, da qual se lavrou a presente acta, que depois de lida e aprovada vai ser assinada pelo Senhor Presidente da Assembleia e pelos Senhores Secretários da Mesa. -----

----- O Presidente da Mesa -----



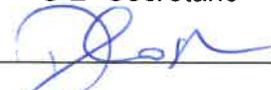
----- José Manuel Novo de Matos -----

----- A 1ª Secretária -----



----- Patrícia Alexandra dos Santos Martins -----

----- O 2º Secretário -----



----- Daniel António Quaresma Costa -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MANTEIGAS